



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 377 - DE 11 A 25 DE JULHO DE 2009 - R\$ 3,00

20 Anos do POR e do jornal Massas



Neste mês de julho, o Partido Operário Revolucionário (POR) está completando 20 anos. O primeiro jornal Massas foi publicado em agosto de 1989. Ao mesmo tempo em que editamos este jornal, publicamos documentos e resoluções de dez Congressos e cinco Conferências Nacionais. Apenas cinco porque as Conferências, a partir de 2002, passaram a ser regionais. Agregamos alguns documentos pela importância programática. Muitos outros não puderam ser publicados devido à falta de espaço. As formulações programáticas, teóricas e políticas são abundantes, se consideradas as condições embrionárias de desenvolvimento do partido. Mas bastam os Congressos e Conferências para se ter noção de nossa história. Os textos refletem o esforço coletivo da militância em constituir o programa da revolução social. Destacamos algumas experiências que tiveram importância para a elaboração do programa e que os leitores encontrarão nos documentos e resoluções. São elas: enfrentamento com as posições reformistas do PT, combate à burocratização da CUT, submetida à política de conciliação do PT, crítica às correntes de esquerda que apoiaram Lula nas eleições, desmistificação das frentes de esquerda eleitoreiras, rejeição da divisão da CUT e criação de novas centrais, apoio às ocupações de terra, denúncia dos assassinatos no campo, enfrentamento à política da burocracia de reduzir salários e destruir conquistas sociais. A aproximação, logo de início, com o POR boliviano e a participação na constituição do Comitê de Reconstrução da IV Internacional foram decisivas para consolidar a jovem organização brasileira. A construção do partido marxista-leninista-trotskista é uma obra histórica do proletariado brasileiro e internacional. Não será edificado com improvisações. A militância que procura atalhos fica para trás. As correntes que subestimam a tarefa de assimilar coletivamente o marxismo, que desprezam o programa e que procuram o êxito momentâneo terão vida curta. Os Congressos e Conferências do POR testemunham o esforço da militância porista em dominar as leis da história e aplicar o materialismo histórico.

Podridão democrática

Mais um escândalo no Senado. Nem bem assentava o caso Renan Calheiros, trouxeram à tona o caso José Sarney. Calheiros renunciou à presidência da mais alta Casa legislativa do Brasil, em um acordo entre a base governista (PT, PMDB, PDT) e a oposição (PSDB, DEM), para evitar a cassação do mandato. Acusação: corrupção. Arranjaram um mandato tampão, delegando a presidência a Garibaldi Alves (PMDB). Em seguida, José Sarney disputou com o petista Tião Viana o cargo. Venceu-o. Renan saiu dos bastidores e voltou a comandar a luz do dia a política do Senado. Os dois líderes do PMDB controlam os canais por onde passam as falcatuas. Juntamente com figuras da mais elevada burocracia (Agaciel Maia etc.), Sarney e Renan pintaram e bordaram em favor de interesses particulares, de parentes e amigos partidários.

No início de junho, os jornais noticiaram a existência de cerca de 300 atos secretos do Senado. Os dados eram parciais. Verificou-se que, de 1995 a 2009, 663 atos ficaram ocultos. Com esse expediente, nomeava-se gente da família, com laços de sangue e/ou de política. Nomes começaram a ser revelados: filho, neto, sobrinha, filha de amigo, prima etc. Todos empregados às escondidas. Aos poucos vem sendo revelado o submundo do Senado: contas paralelas, desvios, favores, privilégios, sonegação, falsificação.

Considerando a prática dos atos secretos desde 1995, são 14 anos de patifaria. Se se puxasse o fio da meada, a lista dos implicados seria longa e traria surpresas. Os interesses político-corporativos não permitem expor inteiramente os bastidores da “casa de tolerância”. A corrupção não se circunscreve a Sarney, Renan e a alguns outros senadores. Nos últimos oito anos, a queda de Sarney da presidência do Senado seria a quarta (Antonio Carlos de Magalhães (DEM), Jader Barbalho (PMDB) e o já mencionado Renan Calheiros). Trata-se da podridão do Estado burguês, da sua democracia, dos seus partidos, de suas instituições e dos homens que os controlam.

A prepotência oligárquica

Sarney se declara injustiçado, perseguido e injuriado. Com tantas provas, o patriarca da política burguesa não dá a mínima aos aliados, aos ex-aliados, à oposição, à imprensa. De onde sai tanta empáfia?

O político maneja seus 50 anos de politicagem para se defender. Sabe que o Estado é perpassado pelo clientelismo, pelo jogo de influências particulares, pelas fraudes, pelas concessões, pelas amizades, pelas trocas de favores e pelos privilégios. Essas qualidades são inerentes ao funcionamento do Estado burguês - expressão da propriedade privada dos meios de produção, do mercado, do capital financeiro, da lei da concorrência e exploração do trabalho. Enfim, expressão da sociedade de classe.

O ex-presidente da República considera que a crise é do Senado, não dele. Com esse discurso, acusou todos os senadores de envolvimento. Quem não sabia da existência dos atos secretos? Sarney tem ou não tem razão em imputar a crise à Casa? Está com a razão. Usa-a para se livrar dos ataques da oposição. Quanto mais geral se tornar o caso, mais bem defendido estará. Os ladrões pertencem a distintas quadrilhas, mas não deixam de ser ladrões. Quem acusa quem? Quem pune quem?

Como as quadrilhas de políticos e burocratas estão ramifi-

cadadas por todas as instituições do Estado, nenhum dos ladrões pegos nas malhas das disputas internas ao poder pagará caro, quando muito uma pena de afastamento das funções. Logo volta à atividade, se mantiver o talento de bom ladrão, de prestador de serviço à burguesia. Não é o que se passou com o ex-presidente cassado Fernando Collor de Melo?

Sarney não é um Collor, é muito, muito mais. É um representante da velha oligarquia, dona do Estado do Maranhão, chefe de uma das alas do PMDB, político de muitos favores e homem que pode decidir a sucessão de Lula. Nenhum partido pediu sua cassação. Uma parte dos senadores, tanto da oposição quanto da situação, o máximo que querem é a renúncia do cargo ou licenciamento.

Lula, PT e senadores petistas – todos dependem de Sarney

Sarney respondeu: não está em questão o afastamento. Lula saiu em defesa do chefe peemedebista. A bancada petista no Senado aventou a saída de honra. Sarney, por favor, tire uma licença! A direção de PT é convocada. Ricardo Berzoni: Lula está certo, Sarney é importante para a sucessão presidencial. Mas a bancada do PT não poderia fazer meia-volta. “Por favor, Sarney, faça um gesto grandioso para solucionar a crise, peça afastamento até que se terminem as investigações”.

Todos estão nas mãos de Sarney. Uma parcela do PMDB já indicou que não quer aliança com o PT e outra pretende candidatura própria. A ala de Sarney tem sido o maior seguro ao governo Lula e poderá ser a força interna do PMDB que decidirá a continuidade da aliança com o PT. Mas a atitude de Lula tem outra motivação. Sarney o apoiou no tormentoso escândalo do mensalão. Defendeu o presidente da República contra as tentativas de cassação, encabeçadas pelo DEM.

Na disputa entre Sarney e Tião Viana, Lula ficou com o primeiro. São os favores e a espera de retribuição. Os laços políticos do continuísmo se mesclam com os laços da corrupção.

Não basta Lula ser “querido” pela população agradecida pelo assistencialismo e ter sido aceito pelo grande capital nacional e imperialista. Necessita de uma força partidária, que não vem do PT. Nascido fora do ventre do poder econômico, encontra dificuldades em manejar a máquina do Estado. O filho bastardo do capitalismo não teve a paternidade totalmente assumida e ainda precisa ser reconhecido como irmão mais novo dos velhos partidos burgueses.

Desde o primeiro mandato, o governo do PT se tornou refém do PMDB. Neste segundo mandato, porém, a dependência aumentou. Os peemedebistas saíram fortalecidos nas eleições legislativas, para governador e prefeito. Passaram a exigir mais postos de comando no governo Lula. Controlaram a presidência do Legislativo e do Senado.

A ala de José Sarney ganhou importância decisiva para o governo, que volta e meia é bombardeado por escândalos de corrupção e açoitado pela oposição por meio de CPIs. Agora mesmo, Lula se socorre do PMDB para brear a investida do PSDB e DEM em torno da constituição de uma CPI da Petrobras.

Os senadores petistas - alguns ainda considerados incorretamente como éticos -, a exemplo de Eduardo Suplicy, ficaram em situação difícil frente à orientação de Lula de defender o

amigo Sarney. Lula indagou a Suplicy, se depois de tantos anos no Senado, como não sabia dos atos secretos?

No episódio de Renan Calheiros, o PT foi importante para encontrar a saída honrosa de renúncia do cargo e evitar a cassação do mandato. Mais uma vez, a bancada se vê diante da desonrosa missão. Não há como pertencer ao Estado burguês e não apodrecer. A política tem suas leis, que por sua vez respondem às leis da economia capitalista e das classes sociais.

PSOL – cretinismo parlamentar

No dia 30 de junho, a presidente do PSOL, Heloisa Helena, protocolou junto à Mesa Diretora do Senado uma representação contra José Sarney e Renan Calheiros. Pleiteia a abertura de processo por falta de decoro parlamentar. Caso seja aceita, caberá à Comissão de Ética decidir o afastamento do presidente do Senado.

O PSOL desistiu de incluir o nome de Garibaldi Alves, antecessor de Sarney e pertencente ao PMDB, pelo fato deste ter emitido uma nota se isentando de responsabilidade. Chico Alencar considerou suficiente: “Ele teve um gesto de esclarecimento” (Estado de São Paulo, 1/7) Assim, o PSOL assinou a carta de inocência da raposa.

A Comissão de Ética, a que o PSOL recorre, é formada pelos mesmos corruptos. Lembremos que Chico Alencar foi denunciado de uso de privilégios na condição de senador. Recordamos esse fato porque afirmamos que todos os parlamentares, de uma forma ou de outra, se corrompem na política burguesa. A não ser que o parlamentar esteja sob o controle do partido revolucionário e das massas e que esteja compenetrado da tarefa de destruir o Estado capitalista.

Sarney e Calheiros refletem a putrefação do conjunto das instituições do Estado. Não há como corrigir o Senado apodrecido tirando e pondo novos políticos. O uso de instrumentos legais e expedientes legislativos para combater a corrupção não faz senão mascarar as raízes econômicas e de classe da corrupção.

O PSOL objetiva se projetar eleitoralmente ocupando o lugar do PT, de onde se originou. O moralismo pequeno burguês de pretender sanear a política burguesa e as instituições estatais mal esconde a necessidade de ganhar audiência e atrair a atenção dos explorados. Depois, o PSOL irá fazer propaganda eleitoral da moral e da ética na política. Foi o que o PT fez até se meter nos meandros do Estado.

Crise política

Denúncias, pedidos de renúncia, representações e CPIs fazem parte da luta interburguesa, travada entre os partidos da ordem. Dada a decadência da burguesia, esse tipo de embate se tornou corriqueiro. As disputas políticas têm se calcado nesse terreno. A população pobre e oprimida vê com desdém o circo do parlamento e seus partidos. Nos momentos eleitorais, parte dela é arrastada pela propaganda da decência, honestidade e outras hipocrisias dos politiquinhos. Está se aproximando um novo pleito presidencial e as forças partidárias se preparam.

A crise econômica atingiu o Brasil, mas a burguesia internacional continua a prestigiá-lo e a seu governo. Lula está pagando os credores, as multinacionais estão protegidas por medidas governamentais, a Bolsa de Valores permanece aberta ao jogo especulativo, os doleiros não têm com o que se preocupar, o BNDES subsidia fartamente o grande capital e a população

se chafurda no crediário de longo prazo. Não há por enquanto razão para a burguesia brasileira também não prestigiar o governo Lula. Significa que os partidos não estão em disputa pela linha econômica. O que poderão fazê-lo mais adiante.

Apesar das condições favorecerem o lulismo, com o crescimento econômico desde 2003, a crise política não lhe deu trégua. O segundo mandato não foi tão turbulento até este momento como o primeiro. Depois de tantas denúncias e campanhas publicitárias, Lula se reelegeu folgadoamente, obrigando o PSDB e DEM se aquietarem. Mas os acontecimentos que envolveram o segundo mandato não são menos contundentes. Ocorre que a oposição não pôde tirar bom proveito, uma vez que os escândalos também a envolviam. É o caso do uso das cotas de passagens pelos congressistas, do envolvimento de familiares no esquema de nepotismo e de parlamentares no caso Dantas (Operação Satiagraha). Recordemos que a filha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tinha um cargo que lhe rendia um alto salário, sem que precisasse fazer nada.

Os embates entre poderes, judiciário, legislativo e executivo, bem como entre aparatos (PF e Abin), elevaram a crise política. O governo pôde administrá-la com apoio do PMDB e por meio de acordos com o STF, que envolveram a oposição.

A economia e o controle da luta de classe pela burocracia sindical explicam por que a crise política vem, vai e volta, encclusurada entre as paredes do Estado. Mas a sua persistência indica que ocorre erosão entre os partidos da burguesia, fraturas nas instituições do Estado e represamento da crise, que explodirá assim que a base econômica se ressentir mais profundamente da crise mundial que se prolongará. A evolução da crise política depende, em última instância, da intervenção das massas, que poderão ser arrastadas por uma ala da política burguesa ou se manifestarem independentemente por suas reivindicações.

Posição proletária frente à crise política

Trata-se da luta pela independência da classe operária e demais explorados da política burguesa. Os partidos da ordem acabam apelando para os explorados para resolverem suas pendências. Via de regra, convocam-se as massas a apoiá-los por meio das disputas eleitorais. A luta pela independência se dá no terreno das reivindicações que unem os explorados contra os exploradores e seu governo.

As denúncias de corrupção só servem para mostrar aos pobres o quanto a burguesia os explora e o quanto é uma minoria que zomba da miséria da maioria. Não faz parte da política do proletariado corrigir a incorrigível podridão do Estado e dos partidos burgueses. A corrupção e toda sorte de imoralidade serão varridos pela revolução proletária. Para prepará-la, é preciso começar pela conquista da independência política e organizativa dos explorados frente à política burguesa. Implica combater as falsas saídas apresentadas pelas quadrilhas em disputa no Estado e as ilusões eleitorais que arrastam os famintos a apoiarem os quadrilheiros nas eleições. Lula faz parte dessa brutal realidade.

O POR chama os explorados a enfrentar a crise capitalista, que traz mais desemprego e miséria, com as reivindicações e com o método da luta direta. Chama a constituir um Tribunal Popular para combater a corrupção da burguesia e avançar no campo da revolução social. Chama a formar o Partido Operário Revolucionário.

Combater o desemprego com a escala móvel das horas de trabalho

DESEMPREGO MANTÉM CRESCIMENTO

No jornal Massas nº 376, apresentamos alguns dados para comprovar que o desemprego vem crescendo no Brasil, de dezembro de 2008 até agora. Eis a tabela abaixo.

	Dezembro 2008	Janeiro 2009	Fevereiro 2009	Março 2009	Abril 2009	Maio 2009
Desempregados	2.545.000	2.620.000	2.756.000	3.010.000	3.079.000	3.096.000
Ocupados	17.557.000	17.336.000	17.107.000	16.964.000	17.016.000	17.096.000
Pop. Econ. Ativa	20.102.000	19.957.000	19.863.000	19.973.000	20.095.000	20.192.000

Fonte Dieese.

O número de desempregados aumentou *ininterruptamente*, no período, em 551.000 trabalhadores. Aumentou o número de trabalhadores aptos ao trabalho (população economicamente ativa), de março a maio, somando 329.000 pessoas ao número de desempregados. No total são 3.096.000 sem emprego.

Não há motivo para se cantar vitória sobre o aumento dos postos de trabalho. Em abril e maio, foram abertos 132.000, porém, foram fechados, de dezembro de 2008 até março de 2009, 593.000. Ou seja, não houve recuperação de 461.000 postos. Esses dados, levantados pelo Dieese, ainda trazem o problema de desconsiderar a maior parte das capitais do país e cidades do interior. Trata-se de uma amostra do retrato de desemprego que, na realidade, é pior. Não leva em conta os desempregados crônicos.

Na indústria, nos meses assinalados, o número de ocupados caiu: são 255.000 trabalhadores a menos. No comércio, o aumento mínimo em maio (de 7.000 contratados) mantém o fechamento de 177.000 postos de trabalho. No setor de serviços, o aumento da ocupação em maio não foi suficiente para superar as perdas: 105.000 postos de trabalho continuam fechados. Só na construção civil, houve saldo positivo: 9.000 postos de trabalho foram abertos recentemente.

Os capitalistas jogam o peso da crise sobre o proletariado e demais trabalhadores explorados. Para manter o lucro, continuarão a destruir a força de trabalho. A saída para a burguesia é destruir força produtiva para reconcentrar mercados e capitais. Essa é a tendência mundial diante da crise econômica, que se manifesta no Brasil.

BUROCRACIA RESPONDE AO DESEMPREGO COM PROGRAMA DA BURGUESIA

Não é de hoje que a CUT, Força Sindical, UGT, CGT e outras Centrais fecham acordos com os patrões e desviam a luta dos trabalhadores da ação direta para a via parlamentar. Com a crise econômica, os burocratas correram atrás do parlamento para que aprovasse a *Emenda Constitucional nº 231/95*, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e aumenta em 75% o valor das horas-extras.

O fato da PEC ter sido aprovada por uma comissão do parlamento, cujo relator era o Vicentinho, ex-dirigente da CUT, deu às direções das Centrais o motivo para festejarem a “vitória parcial” e continuarem nesse caminho. Alegam, baseadas em estudos do Dieese, que essa redução gerará cerca de 2 milhões de empregos e o aumento do valor da hora-extra inibirá a utilização deste mecanismo para aumentar a produtividade.

PATRÕES RECLAMAM DA MEDIDA

Os capitalistas não concordam com a redução oficial da jornada de trabalho sem a contrapartida de redução de salário. Defendem que qualquer medida seja fruto da “livre negociação” entre patrões e trabalhadores. Argumentam que a redução da jornada encarecerá a força de trabalho, levando as pequenas empresas a demitirem e as grandes a investirem mais em tecnologia e na intensificação da exploração do trabalhador. Dizem que os produtos se tornarão mais caros, pois vão repassar o custo da força de trabalho ao preço. Concluem que a lei em si não cria empregos. Evidentemente, não interessa à burguesia nenhuma medida que limita sua ação. A livre negociação não existe. Os trabalhadores não têm direito de greve.

RESPOSTA PROLETÁRIA AO DESEMPREGO

Na realidade, a lei não poderá garantir emprego, pois não há como forçar os patrões a contratarem ou impedi-los de demitirem, afinal os meios de produção pertencem a eles. O exemplo da França confirma isso, não gerou mais empregos e sim ampliou a exploração dos trabalhadores por meio de reorganização na produção para o aumento da produtividade. Esse é o problema: no capitalismo a propriedade dos meios de produção é privada e, pela lei, intocável. Os explorados não controlam a produção.

O fato é que o desemprego cresce. Os explorados dependem do trabalho para sobreviver. A bandeira que defende o emprego a todos é a escala móvel das horas de trabalho. A redução para 40 horas semanais mantém milhões no exército de desempregados. A **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**: divisão das horas nacionais entre todos aqueles que estão aptos a trabalharem, sem redução de salário, assegura o direito de todos ao trabalho.

CONSTRUIR A FRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA NOS SINDICATOS E CENTRAL

A ausência da fração revolucionária para combater a burocracia está ligada à crise de direção política do proletariado. O PT formou uma casta de burocratas e os integrou ao Estado. A maioria dos sindicatos e das Centrais é transmissora da política do governo Lula. A Conlutas, dirigida pelo PSTU, não se desgarrou das posições reformistas da CUT. As diferenças são de grau e não de essência. O Partido Operário Revolucionário (POR) é embrionário e enfrenta a burocracia cutista e o oposicionismo dos centristas.

O programa do POR é de defesa das reivindicações transitórias, nas particularidades do Brasil semicolonial e da classe operária. Coloca como tarefa a construção da fração revolucionária para derrotar a burocracia sindical e fazer dos sindicatos e da Central instrumentos auxiliares da luta contra o sistema

Responder à chacina dos camponeses em Pernambuco

No dia 6 de julho, João Pereira da Silva, Juarez Cesário da Silva, Natalício Gomes da Silva, Olimpio Cosme Gonçalves e Dedé foram executados no Assentamento Chico Mendes, Pernambuco. A região é de grandes conflitos de terra. O assentamento, que foi resultado de mais de uma década de luta, possui três anos e os camponeses estavam construindo moradias no local. Trata-se da reação dos latifundiários contra os sem-terra e, certamente, uma investida contra a morte de 4 pistoleiros, no início do ano, na Fazenda Consulta.

João, Juarez, Natalício, Olimpio e Dedé se somam aos milhares de assassinados no campo e as chacinas como a de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Os responsáveis são o Estado e os governos, que protegem os latifundiários, os grileiros e as empresas agroindustriais. Os crimes cometidos pela classe fundiária são protegidos pelas leis do Estado e pelos órgãos da Justiça e a Polícia. Isso porque o Estado é a representação da classe que detém o poder econômico, a burguesia. E os governos atuam em favor da manutenção do sistema político e econômico vigentes. Não por acaso, Lula está obrigado a fechar os olhos aos assassinatos de camponeses e se restringir a lamentar as mortes.

A burocracia da CUT se limita a denunciar em palavras os

crimes contra os sem-terra. Não pode organizar a resistência, porque implica colocar a classe operária e o campesinato em aliança contra a burguesia. Estaria obrigada a combater o governo Lula por meio de grandes ações de rua. Mas a orientação da Central é de apoiar o governo e ajudar eleger o sucessor. A direção do MST vive a contradição: apóia o governo, mas sofre a pressão dos camponeses. Por isso, anda em corda bamba. Ora comparece mais agressiva contra as medidas de Lula e exige punição aos assassinos, ora empurra os sem-terra para a política do lulismo. O que mostra que a classe operária e os camponeses necessitam de uma direção revolucionária, que encarna o programa de destruição da propriedade privada dos meios de produção.

Os explorados e a juventude pobre devem responder aos crimes dos latifundiários por meio da luta de classe. Trabalhar para que o programa da classe operária seja encarnado pelos camponeses. Pôr em pé a fração revolucionária no movimento camponês. A defesa da vida dos sem-terra é parte do programa da revolução social.

Punição aos assassinos!

Construção dos comitês de autodefesa!

11º CECUT no RN

Foi realizado nos dias 27,28 e 29 de maio o 11º congresso Estadual da CUT/Rn. Contou com a participação de aproximadamente 400 delegados, escolhidos de acordo com os convênios entre as cúpulas do PT e tendo como critério principal o apoio ao governo Lula. As disputas entre os grupos eram apenas aparelhistas.

Na avaliação da conjuntura feita pelo “caudilho” da Articulação/TM/DS, correntes majoritárias no congresso, chegaram ao consenso de que o governo Lula é do campo dos movimentos sociais, dos trabalhadores e um governo que tem avançado nas áreas sociais, que está enfrentando uma crise sem jogar a nas costas dos trabalhadores e que, portanto, deveria ser apoiado pela CUT. Foi um congresso de reafirmação do apoio ao governo Lula/PT

ELEITORALISMO

O Rio Grande do Norte vem sentindo os efeitos da crise. Aumentou o desemprego, servidores públicos sofrem com a retirada de direitos, arrocho salarial etc. Nesse contexto de ataques aos trabalhadores, é que foi realizado o congresso da CUT. Ao invés de armar os trabalhadores para enfrentar a crise, aprovando um plano de luta que respondesse imediatamente aos interesses de classe, fez justamente o contrário. Submeteu

a vida dos trabalhadores à estratégia eleitoral dos burocratas vendidos.

Disputa de cargos marca as divergências burocráticas

Não houve oposição no interior do Congresso. O que de fato ocorreu foi a disputa aparelhista entre os grupos: TM (Tendência Marxista), que dirige a FETAM (Federação dos Trabalhadores da Administração Municipal); BS (Brasil Socialista); Articulação; MSB (Movimento Sindical de Base), que na maioria dirige o Sinte/RN, e DS (Democracia Socialista).

O momento de organização das chapas foi de conchavos, brigas e acomodações. Foram formadas 02 chapas: Chapa 01: Articulação (parte 1)/BS/TM: 57,76% dos votos obteve 09 cargos na direção.

Chapa 02: DS/MSB/Articulação(parte 2): 155 votos: 41,95% dos votos e obteve 5 cargos.

Reafirmamos: as chapas não expressam diferenças políticas. São disputas por cargos.

O POR rechaça o congresso aparelhista da CUT e denuncia o processo fraudulento e antidemocrático de eleição de delegados. E trabalha para pôr em pé a fração revolucionária nos sindicatos e na Central, como a via para derrotar os burocratas vendidos.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
www.pormassas.org**

Greve na Saúde expõe a política da burocracia

Os servidores da saúde do estado de Rondônia entraram em greve, no final do mês de maio, reivindicando o cumprimento Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR). A paralisação atingiu todos os setores da saúde, mantendo em funcionamento o que a burocracia chama de “serviços essenciais”.

O governador reagiu diante da greve. Colocou trabalhador contra trabalhador e ameaçou descontar os dias parados. O objetivo era pôr fim ao movimento.

Burocracia eleitoreira quebra a greve

No momento da greve, os burocratas do Sindicato dos Servidores da Saúde (Sindsaúde), juntamente com a CUT, lançaram a campanha para eleição da diretoria do sindicato. O governo Cassol aproveitou o fato para dizer que a greve tinha a finalidade eleitoral. A burocracia, envolvida nas eleições, não se empenhou para potencializar a greve por meio de grandes mobilizações de rua. Após a vitória na eleição sindical, começou a desmontar a greve. O que os burocratas queriam era eleger a chapa 1, embora a concorrente, chapa 2-PCdoB, fosse farinha do mesmo saco.

O governo acionou a Justiça para pôr fim à greve. No dia 12

de junho, a Justiça decretou o fim do movimento. De pronto, os burocratas convocaram os grevistas para o retorno ao trabalho. Os discursos radicalizados contra o governo corrupto de Cassol vieram para acobertar a traição da direção sindical.

Construir a fração classista no sindicato

O sindicato é dirigido pelos politiqueiros da CUT, que apóiam o governo Lula. A chapa 2, do PCdoB, cindiu a CUT e construiu sua Central (CTB), não por divergências políticas, porque apóia e faz parte do governo Lula. Tratou-se de uma divisão aparelhista, com intuito de receber parte do dinheiro do imposto sindical. Portanto, não se constitui como oposição.

Os trabalhadores da saúde recorreram ao método da greve para arrancar do governo suas reivindicações, mas foram traídos pelos burocratas sindicais. Essa experiência deve servir de lição para as próximas lutas. E é no processo da luta que se evidencia a necessidade de construir uma oposição, que tem como base o programa de reivindicações, a independência do sindicato frente ao governo Lula, a democracia operária e o método da ação direta. Essa é a tarefa colocada para a vanguarda combativa da saúde.

Conlutas à sombra da burocracia da CUT

A burocracia cutista há muito vem fazendo “lobbies” no Congresso Nacional para votar o projeto de emenda constitucional (PEC 231/95), que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. Agora, a Comissão da Câmara de deputados aprovou o relatório favorável à mudança da jornada. Esse feito foi comemorado pelos burocratas como grande conquista. Isso após aceitar as demissões de quase 1 milhão de trabalhadores, nesse primeiro semestre. A redução de 4 horas significaria, em tese, 2 milhões de empregos. Falamos em tese, porque poderá haver a redução sem criação de novos postos de trabalho. Os capitalistas manejam a exploração do trabalho, podendo aumentar a produtividade com menos horas na jornada. O grave está no fato da direção cutista concordar que milhões continuarão fazendo parte do exército de desempregados.

Mas o problema não pára aí. A burocracia da CUT é pró-governo e conspira contra a vida dos explorados. Mas a Conlutas (PSTU), que rompeu com a CUT por ser governista, fez coro nos festejos. Em sua nota diz assim: “Essa medida pode gerar cerca de 2 milhões de empregos imediatamente, é uma medida importante para a nossa classe. Agora é mobilizar os trabalhadores, fazer um dia de paralisação, no dia 14, garantir as 40 horas e avançar para as 36”. Conclui dizendo que “a redução da jornada para 36 horas é a única forma de evitar realmente o crescimento do desemprego e atacar o lucro exorbitante dos patrões”. Apenas lamentou o fato de não poder se expressar, quando as outras Centrais tiveram o direito de manifestação. Como se vê, a Conlutas também não defende o emprego a todos.

A defesa do emprego a todos é uma reivindicação transitória do Programa de Transição. Está materializada na bandeira de Escala Móvel das Horas de Trabalho. Eis a formulação:

“O direito ao trabalho é o único direito sério que tem o operário numa sociedade fundada na exploração. Contudo este direito é-lhe retirado a cada instante. Contra o desemprego, tanto de “estrutura” como “conjuntural”, é hora de lançar, ao mesmo tempo que a palavra de ordem “trabalhos de interesse público” a Escala Móvel das Horas de Trabalho. Os sindicatos e as outras organizações de massas devem ligar os que têm trabalho e os que não têm pelos compromissos mútuos de solidariedade. O trabalho disponível seria repartido entre todos os trabalhadores existentes, e é assim que seria determinada a duração da semana de trabalho, permanecendo o salário de cada operário o mesmo que na antiga semana de trabalho”

Os revolucionários não podem se ludibriar com medidas que aparentemente podem amenizar o desemprego. As 40 horas ou as 36 horas semanais mantêm milhões no desemprego e subemprego. A burocracia e o PSTU poderão dizer que são reivindicações possíveis nas condições do capitalismo e do governo. Esse raciocínio não conduz à elevação política e a independência de classe do proletariado. Ilude com a idéia de que aos poucos os capitalistas vão cedendo e o governo incorporando na forma de lei.

A redução da jornada, para que haja emprego a todos, só poderá ser alcançada por meio da luta de classes. Por isso, não será obtida por meio de PEC ou de Medidas Provisórias. Carrear a luta dos explorados para o parlamento e para o executivo é anular o método genuíno do proletariado, que é a ação direta. As concessões que por ventura poderão ser obtidas no parlamento, como a redução para 40 horas, tiveram e têm um custo muito alto para o sindicalismo. Porque implicou quebrar a resistência contra o desemprego e colocar os sindicatos a serviço para política do governo Lula.

Governo Serra impõe medidas contra os professores

Dissemos no *Massas* nº 376 que o governo tinha condições de aprovar os PLCs 19 e 20 que tratam da contratação de professores temporários e concurso público, caso não houvesse uma forte greve do professorado. A burocracia da APEOESP não impulsionou a greve. Ao contrário, criou ilusões nas emendas e canalizou o movimento para a Assembléia Legislativa. Resultado: em 23/06, os projetos foram aprovados.

Os professores temporários que estavam na rede em 2007, quando foi aprovada a criação do regime previdenciário, a SPPREV, terão uma falsa estabilidade. Estão obrigados a realizar a prova de seleção para terem aulas atribuídas. Caso não atinjam o mínimo exigido, terão “asseguradas” 12 horas a serem cumpridas na escola, recebendo a miséria de R\$ 392,75 (PEB I) e R\$ 454,66 (PEB II). Os professores temporários, que não estavam na rede em 2007, terão de se sair bem na prova para terem aulas. Lembramos que as aulas têm diminuído até para os professores efetivos.

Os temporários têm ainda a opção do falso concurso. O governo anunciou concurso para efetivar apenas 10 mil professores, quando 80 mil são temporários. Se não bastasse isso, o concurso terá uma etapa nova: além da prova, o professor terá de realizar um curso de 4 meses, ganhando 75% do salário, e fazer nova prova. Depois terão de enfrentar o estágio probatório de 3 anos. Só depois serão considerados efetivos.

BUROCRACIA AJUDA O GOVERNO

A burocracia da APEOESP criou as condições para o governo aprovar seus projetos. Não convocou devidamente os professores para enfrentar as medidas de Serra. Com isso, as assembleias foram esvaziando. Aprovou em discurso o início da greve, mas trabalhou para quebrá-la.

O objetivo da direção sindical era o convencimento de deputados para que aprovassem as emendas dos de-

putados petistas e aliados. Em documento apresentado no dia 17, afirma: *Várias emendas que atendem a outras necessidades da categoria foram protocoladas, em sua maioria por parlamentares da oposição. Há a perspectiva de garantir incorporação de algumas delas. A pressão da categoria poderá garantir avanços nesta luta contra a tentativa do governo estadual em precarizar ainda mais a vida funcional dos temporários*”. Esse foi o caminho da derrota.

No dia seguinte à aprovação dos PLCs, a burocracia se calou. Somente em 25/06 se pronunciou cantando vitória: “Assegurada Estabilidade para 80 mil temporários”. Com um conteúdo contraditório, o documento reflete o vai-vem da política dos pelegos. Ora destaca o autoritarismo do governo em usar sua ampla maioria na Assembléia Legislativa para aprovar os projetos, ora destaca as “conquistas” da categoria, as quais, além da “estabilidade”, incluem a ampliação do prazo de contratação dos temporários para 2 anos e o “compromisso” do governo de realizar concursos periodicamente.

Os burocratas mentem quando dizem que 80 mil temporários terão a estabilidade. Aceita a demissão dos temporários contratados após a SPREV. Desconsidera que, após o término do contrato, os temporários ficarão impedidos de trabalhar por 200 dias no serviço público. Além disso, mesmo que o governo realizasse concurso de 4 em 4 anos, como querem, levariam cerca de 32 anos para efetivar somente esse contingente, se o governo continuar abrindo 10 mil vagas por concurso.

A responsabilidade pela derrota dos professores recai sobre a direção burocrática da Apeoesp. A ausência de uma ampla campanha contra as medidas governamentais influenciou no ânimo dos professores, que ficaram temerosos de sair em greve sem a unidade necessária da classe. Uma direção de luta trabalha para pôr em pé o movimento de resistência. O movimento foi derrotado sem luta.

Os burocratas da Apeoesp não agiram sozinhos. Contaram com a Oposição Alternativa, dirigida majoritariamente pelo PSTU, que, usando o argumento de que era preciso mobilizar os pais e alunos, propôs o adiamento da greve por 48 horas e, no dia que deveria iniciar, colocou-se contra. Os argumentos eram os mesmos da burocracia: o professorado não compareceu massivamente à assembleia.

Corrente Proletária se posicionou pela greve para derrotar a ofensiva do governo

A Corrente Proletária na Educação mostrou, desde o início, que não seria possível derrotar os projetos sem uma greve massiva. Defendeu que só a greve, aliada a outras formas de ação direta (grandes manifestações de rua, bloqueios etc.), poderiam levar o governo à derrota. No último Conselho de Representantes, em 16/06, fez o balanço das traições da diretoria e da Oposição Alternativa, denunciando as falsas conquistas, como a “estabilidade” e o “concurso”.

Colocou-se pela estabilidade, independente de concurso e de tempo de serviço. Defendeu as medidas que poderiam assegurá-la na prática, gerando aulas e, portanto, emprego: DIMINUIÇÃO DE ALUNOS POR SALA (25 NO MÁXIMO); REABERTURA DE SALAS E ESCOLAS FECHADAS E ABERTURA DE NOVAS ONDE FOR NECESSÁRIO; ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO (DIVISÃO DAS AULAS, GRANTINDO A REDUÇÃO DA JORANDA, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO).

Essa experiência com a política da burocracia da Apeoesp e com as posições do PSTU/Oposição Alternativa deve servir de lição para as próximas lutas. O desemprego será violento com o fechamento de salas, cortes na EJA e reforma no ensino médio. A tendência é a retomada do movimento e, para isso, é necessário um balanço das traições da burocracia sindical.

Balanço do Congresso Nacional dos Estudantes – 2009

A partir de quando “nada será como antes”?

1. Um congresso para aprovar a ruptura com a UNE e a fundação da nova entidade (ANE-L).

Já na abertura do congresso, Zé Maria, do PSTU e da Conlutas, dizia: *“Aqui os estudantes estão discutindo a construção de uma entidade para reunir a juventude brasileira e unir a luta da juventude a da classe trabalhadora deste país”*. O congresso se reuniu na UFRJ, de 11 a 15 de junho, com aproximadamente 1350 delegados de vários estados do país. A maior parte, militantes do PSTU, corrente que encabeça o movimento. Participaram também pouco mais de 400 observadores credenciados, além de quase 200 convidados. Contou com 16 teses inscritas, foram realizados grupos de discussão, painéis, palestras e a plenária final. Salvo alguns pequenos problemas de organização, o congresso ocorreu em clima favorável ao debate.

A proposta do Congresso Nacional dos Estudantes (CNE) surgiu durante o Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), em julho de 2008, em Betim (MG). Desde então, estava presente a avaliação de que a União Nacional dos Estudantes (UNE) não estava cumprindo o papel que deveria cumprir, de articular as lutas nacionalmente em defesa da educação pública. A idéia não era nova, afinal, desde 2004 o PSTU levanta a proposta de ruptura com a UNE e fundação de uma nova entidade. Até 2008, foi a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute) que ocupou esse lugar. Mas, o balanço inevitável do seu fracasso empurrou a militância do PSTU e outros agrupamentos a abandonar a entidade, depois de quatro anos. O CNE foi convocado para cumprir a tarefa de fundar a nova organização: a Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre (ANE-L). Dessa forma, não se rompeu com o fundamento político que estava por trás da criação da Conlute, que era uma política de divisão e de estabelecimento de entidades paralelas. Foi essa lógica que orientou a construção do CNE.

O que devemos analisar nesse balanço são os problemas políticos levantados e suas implicações para o movimento. E a melhor maneira de começar a avaliação é pela prática das correntes durante a preparação do congresso. Será que a prática das correntes que encabeçam a ruptura realmente se distinguiu da prática da direção da UNE? O que observamos é que não houve uma inversão da lógica que impera no Congresso da UNE (Conune). Igualar o CNE ao Conune seria, sem dúvidas, um equívoco. O movimento de construção do CNE foi, certamente, desigual país afora. Mas, em vários locais permaneceu distante das bases. No Instituto de Física da USP, por exemplo, os delegados foram votados em reunião de diretoria, onde também se decidiu pelo pagamento das taxas de inscrição (é o PSTU quem dirige o centro acadêmico!). Outra mostra de que certos “vícios” nocivos ao movimento não foram abandonados foi a ausência dos encontros estaduais para discussão do CNE. Executivas de cursos, como a de Letras, romperam com a construção do congresso, por entenderem que os prazos estavam sendo atropelados, em detrimento do debate com os estudantes. Afinal, a partir de quando “nada será como antes”?

2. A ausência de um balanço completo sobre a experiência falida da Conlute.

A tese apresentada pelo PSTU ao CNE (Outros Maiores Virão) nos traz uma versão sobre a história do abandono da Conlute. Afirma que a idéia de criar a entidade apareceu no Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária (2004). O Encontro havia sido convocado tendo em vista a importância de organizar a luta em todo o país contra o projeto de reforma de Lula para o ensino superior, que tinha uma orientação claramente neoliberal, de conteúdo privatista e destruidor do ensino público. O Encontro já tinha em mãos o posicionamento da UNE sobre a proposta de reforma, que era, de fato, lamentável: a UNE apoiou e depois passou a condição de co-autora do projeto. Por outro lado, alguns grupos políticos se declararam contra a cisão da UNE, como o P-Sol – além da Corrente Proletária Estudantil, como será explicado mais adiante. Estabelecida a separação no seio do movimento, iniciativas de lutas conjuntas foram buscadas. Grupos contrários a divisão, em especial a Frente de Oposição de Esquerda da UNE (FOE), e a Conlute chegaram a tentar uma unidade ao criar a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária.

O balanço da tese *Outros Maiores Virão* é de que tanto a “Frente de Luta” como a Conlute se mostraram limitadas. Diz assim: *“Ambos os instrumentos pagaram o preço por não se consolidarem em uma alternativa orgânica para o movimento estudantil”*. E completa: *“A Conlute, por um lado, mostrou não ter um funcionamento organizado e cotidiano o suficiente para permitir um maior controle pelas entidades de base e estudantes”*. Foge à nossa análise discutir os problemas da “Frente de Luta”. O que importa é a justificativa de que a Conlute faliu por motivos organizativos. Não é verdade. Faliu por sua política, porque a proposta de ruptura era aventureira. Não teve “controle pelas entidades de base e estudantes”, pois o que mais faltava à Conlute eram justamente a base e estudantes. A tese ainda tem a audácia de afirmar: *“construí-la foi um acerto”*. Como pode ter existido “acerto”, se minguiu de forma tão melancólica? A Conlute faliu e não adianta mascarar a realidade com palavras pomposas do tipo: *“A necessidade de criação da ANEL se justifica pela completa falência da UNE como instrumento para organizar nossas lutas”*. Não. A criação da ANE-L se justifica pela falência da Conlute.

Esqueceram de falar que a Conlute estava passando por um processo acelerado de burocratização. Era extremamente difícil à vanguarda saber onde se realizavam suas reuniões, decisões passaram a ser tomadas por fora dos seus fóruns legítimos (como o próprio ENE) etc. E se era difícil à vanguarda, que procurava as informações como podia, imagine para a base dos estudantes... A política de não colocar aberta e francamente a posição de ruptura era levada a cabo por meio de evasivas como “discutir a relação com a UNE”, “amadurecer o debate sobre a necessidade de uma nova entidade” etc. Isso porque a sua militância, no fundo, sabia da impossibilidade de ir à base para discutir algo que ela não estava disposta. O fato é que não havia e não há uma disposição das massas

estudantis para a ruptura. A maioria permanece indiferente, isso quando não apóia abertamente a política festiva, despolitizada e governista da UNE. A Conlute fracassou porque surgiu como uma transposição mecânica da proposta de divisão do PSTU no campo sindical (Conlutas), divisão movida pela pressão da reforma sindical. Não havia condição alguma de implementar a política de ruptura nas circunstâncias em que foi proposta.

Outra omissão do balanço da tese *Outras Maiores Virão* foi o papel da Conlute durante o movimento de 2007. Gabriel Casoni, do DCE da USP e da juventude do PSTU, falou durante a abertura do CNE sobre a mobilização que estava enfrentando a tropa de choque na USP: *“Em 2007 ocupamos a reitoria da USP e aquele movimento se espalhou por todo o país. Neste ano, novamente a USP se levanta e a tropa de choque invadiu a universidade como não ocorria há mais de 30 anos, desde a ditadura. Isso foi não só para calar a nossa luta, mas calar a luta do movimento estudantil nacional, para que não ocorra o que ocorreu em 2007”*. E completou: *“Façamos como em 2007, a luta da USP é a luta de todos nós”*. Quantas palavras bonitas gastas para encobrir a verdadeira atuação do PSTU durante 2007... É importante lembrar que o movimento da USP desencadeou uma mobilização nacional de ocupações contra o Reuni nas universidades federais. E a Conlute, qual papel assumiu?

A verdade é que o PSTU (lado a lado com o P-Sol e outros agrupamentos) propôs insistentemente a desocupação do prédio. Por conta disso, foi derrotado cinco vezes consecutivas nas assembleias de estudantes. Chegou a ser ironizado pela base, que gritava: *“Pentacampeão!”*. Mudou tarde de posição, para depois voltar à defesa da desocupação logo que a reitoria acenou com algumas migalhas e promessas vagas. Ou seja, apoiou a assinatura do termo de desocupação que não garantia nada de concreto. E ainda foi capaz de lançar o grito de *“vitória!”*. Nesse ano, a diretoria do DCE estava nas mãos do PCdoB, MR8 e PT, correntes que dirigem a UNE há anos da forma mais burocrática possível. Quando explodiu a mobilização, essa diretoria condenou a ocupação e tentou negociar com a reitoria pelas costas da base. Resultado: foi proibida de participar das mesas das assembleias e por pouco não foi destituída.

Resumindo: a UNE era rechaçada, mas a posição da corrente majoritária da Conlute não se diferenciava muito, atuando contra o movimento. O mesmo acontecia em âmbito nacional, visto que a UNE apoiava o Reuni, contra o qual os estudantes das federais se rebelavam. O que significa que se abriu uma vaga nacionalmente que não foi ocupada pela Conlute. A mobilização que explodia por todo o país não pôde ser unificada pela UNE, que atuava ao lado do governo Lula contra o movimento. Entretanto, também não foi unificada pela Conlute. Por isso, chega a causar risos a frase de Gabriel Casoni: *“Façamos como em 2007”*. Se isso acontecer, estaremos perdidos! Nossa resposta deve ser: melhor não, façamos diferente. Façamos como os estudantes da USP, sim, que buscaram a via da ação direta para conquistar suas reivindicações, que varreram na luta os burocratas da UNE. Seguindo esse exemplo, e não o do PSTU (e dos grupos que orbitam sua política), é que os estudantes poderão construir algo novo, poderão estar certos que *“outros maiores virão!”*

3. Uma tentativa fracassada de unidade com o P-Sol e suas consequências.

O grande objetivo do PSTU era constituir uma entidade que congregasse a Conlute e a FOE. Isso porque o P-Sol e o PSTU influenciam uma parte da vanguarda que não pode ser ignorada, dirigem um número considerável de entidades e, juntos, teriam maior força política e organizativa. Quando estavam dentro da UNE, esses grupos compunham a maior bancada de oposição à política da direção (União da Juventude Socialista – UJS/PCdoB). São também aliados nas disputas eleitorais pelo Brasil afora, tendo constituído em 2006 a Frente de Esquerda, junto com o PCB, para disputar a presidência. No entanto, o P-Sol se nega a participar da política divisionista do PSTU. E se nega porque já possui suas posições marcadas dentro da UNE, participa da diretoria como minoria (campo Contraponto), situação herdada da antiga esquerda petista que migrou para o partido de Heloísa Helena. O PSTU acusa as correntes do P-Sol de temerem que o fortalecimento da ANE-L os convença da correção da linha de ruptura. Entretanto, esse argumento esconde o seu contrário. É o PSTU que tem medo de mais um fracasso sem a presença dos militantes do P-Sol, ou seja, receia que sua base compreenda o erro da política sectária de cisão.

E aqui se encontra o nó da questão para o PSTU. Para esse partido, a fundação da ANE-L é uma manobra arriscada. Certamente a sua militância deve ter sentido o golpe do aborto da Conlute. Mais uma pancada desse tipo pode causar estragos maiores, com rachas, perda de militantes etc. Esse é um prognóstico que se baseia no princípio da experiência. Os ativistas de base que a partir de agora se dedicarão à formação da ANE-L esperarão o momento de colher os frutos de tanta energia gasta. E como esse momento muito provavelmente não virá, muita decepção semeada agora pode vir à tona depois. Por outro lado, como diziam os integrantes do PSTU nos grupos de discussão durante o CNE, não seria possível esperar uma decisão do P-Sol. Realmente, o PSTU não poderia esperar, caso contrário, a falência da Conlute se mostraria mais melancólica ainda. Ficaria mais vergonhosa ainda a posição de submissão e de derrota. Seria quase impossível apagar da memória o triste esgotamento da Conlute para então voltar a atuar dentro da UNE. É o que chamamos de beco sem saída: fundar a ANE-L seria uma aventura, não tomar uma iniciativa daria uma insuportável mostra de fraqueza. Optou pela aventura.

E não optou sozinho, o PSTU mostrou ter capacidade para arrastar outras correntes para sua política. Das 16 teses inscritas, uma boa parte defendia a ruptura com a UNE. Algumas discordavam do momento, achavam que um congresso para o ano que vem seria mais oportuno. Mas também havia discordâncias de formato, como a proposta de não permitir o ingresso daqueles que reivindicam a atuação por dentro da UNE, ou então a proposta de que a nova entidade se mantivesse nos moldes da Conlute. Apesar dos discursos ultra-inflamados destes agrupamentos políticos, em essência concordavam com o PSTU. A única alternativa que realmente se diferenciava era a de criar uma frente para atuar por dentro e por fora da UNE. Uma frente que se baseasse na construção de um programa de luta pelas reivindicações, de luta anti-burocrática e anti-governista. É verdade que a defesa dessa frente foi feita por correntes que possuíam grandes diferenças entre si (como

nós, da Corrente Proletária Estudantil, e setores do P-Sol). Mas isso não muda o fato de que existia dentro do congresso um importante setor contrário à política divisionista. Nesse sentido, é importante lembrar que muitos agrupamentos contrários à política do PSTU sequer participaram do congresso, o que significa que uma parcela significativa dos estudantes organizados do país não estava representada no CNE.

5. PSTU substitui a luta pela construção do programa pela disputa de aparatos

O critério utilizado pelo PSTU para buscar uma aliança com o P-Sol é bastante revelador de sua política. A tentativa de aproximação não se deu pela afinidade programática ou porque estaria expressando uma unidade na prática. Em diversos locais, esses partidos se apresentam como adversários nas disputas por centros acadêmicos, DCEs etc. Em outros lugares aparecem ligados (inclusive com a participação de outros partidos), mas sem uma linha programática homogênea em nível nacional. O que expõe que são frentes conjunturais (até legítimas), mas que inexistem uma pressão objetiva para que se estabeleça uma aliança nacionalmente. Como dissemos no ponto anterior, o P-Sol possui uma influência importante sobre a vanguarda e ocupa posições estratégicas em entidades por todo o país, condição em grande medida construída pela herança de sua origem na esquerda petista. É essa situação que o PSTU cobiça, por entender que pode aumentar sua expressão colando sua imagem na do P-Sol, e até mesmo ganhar militantes desse partido. Isto é, o que movimenta o PSTU é a disputa de aparatos, a construção junto à base de um programa de luta revolucionário é sempre preterida.

Essa é uma constatação importante, pois revela o método que norteou a formação da ANE-L. De fato, pela atenção que foi dada à edificação da nova entidade pode-se perceber que a construção programática foi relegada. No entanto, isso não quer dizer que o CNE não tenha aprovado resolução política alguma, ou que fossem sem importância. É verdade que muitas propostas não foram votadas por falta de tempo, não podemos esquecer esse fato. E aqui cabe fazer uma crítica, talvez a única realmente necessária à *organização* do congresso: a demora para iniciar as atividades e retornar dos intervalos (almoço etc.) prejudicou a participação daqueles que estavam preocupados em avançar nas discussões de propostas e votação das resoluções. A falta de disciplina da militância do PSTU, que era majoritária e praticamente ditava o início das atividades, comprometeu bastante o debate programático, o que reforça o que dissemos acima sobre a linha de disputa aparelhista.

A comissão de sistematização das propostas (formada por representantes de cada uma das teses) separou as resoluções em dois blocos de votação, as consensuais e as polêmicas, deixando aberta a possibilidade à plenária de destacar os pontos elencados a priori como consensuais e também de propor outros encaminhamentos em relação a votação das polêmicas. Analisando as poucas resoluções polêmicas, destacamos as seguintes:

a) **Filiação da ANE-L à Conlutas** – Defendemos contra, com o seguinte argumento: se a resolução fosse a de lutar pela aliança operário-estudantil estaríamos a favor. Porém, da forma como foi colocada, a proposta implicava a filiação do

divisionismo estudantil ao divisionismo sindical. O critério dos estudantes não pode ser o de se ligar a uma pequena parcela da classe trabalhadora, mas sim lançar o chamado de unidade à classe de conjunto, estabelecer alianças práticas e construir organismos unitários que permitam consolidar uma verdadeira aliança operário-estudantil.

b) **Ação direta ou política de exigências?** – Abstemo-nos e depois declaramos nosso voto à plenária. Consideramos um grande erro colocar em oposição os dois métodos. Sempre defendemos em nossa intervenção cotidiana o critério da independência de classe frente aos governos e à burguesia e colocamos a importância de empregar o método próprio da classe operária, que é a ação direta (greve, piquetes, bloqueio de avenidas etc.). Porém, a experiência na luta de classes demonstra que, em certos momentos, se faz necessário erguer reivindicações aos governos e aos capitalistas, exigir que cumpram determinados acordos. Essas medidas às vezes se impõem, devido a ilusões que podem se manifestar entre as massas em relação ao atendimento de suas reivindicações pelo poder estabelecido. Trata-se, portanto, de levar em conta o nível de consciência das massas para fazê-las avançar politicamente rumo à compreensão de suas reais necessidades, por meio da experiência prática.

Dessa forma, avaliamos muito negativa a proposta, defendida pelo PSTU, de aplicar uma política de exigências em relação ao governo Lula, política colocada em oposição à ação direta. A justificativa utilizada para defender a proposta foi a de que as massas confiam em Lula, que era necessário esgotar essas ilusões. No entanto, com essa política a população se desviará do único método que a fará experimentar a política governista apontando, ao mesmo tempo, a via de sua superação, mantendo a independência de classe. Por outro lado, interpretamos como ultra-esquerdista a defesa contrária à proposta do PSTU, que desconsiderava a necessidade de utilizar as exigências como forma de impulsionar a luta das massas.

c) **Cotas raciais** – Defendemos e votamos contra. A luta pelas cotas implica a aceitação da divisão de migalhas, significa separar uma parcela das poucas vagas que existem no ensino superior para os jovens negros de classe média, e se colocar por uma política de Estado, que leva o movimento a linha de pressão parlamentar/eleitoral. Somos ferrenhos defensores no interior do movimento da bandeira de fim do vestibular e do acesso universal a educação em todos os níveis. Diferenciamos-nos pela defesa do ensino gratuito, laico, científico e vinculado à produção social. Conhecemos muito bem a história de opressão sofrida pelos negros no Brasil, situação herdada do passado colonial escravista. Porém, entendemos que a solução para a juventude negra está ligada a de toda juventude, assim como o destino dos jovens brasileiros está ligado ao de todos os trabalhadores em sua luta contra a opressão capitalista. Ou seja, defendemos que para sepultar a opressão sobre os negros teremos de destruir o capitalismo e construir o socialismo.

6. Superar a crise de direção, construir a fração revolucionária para atuar dentro e fora da UNE.

Avaliamos que um congresso que gerou mais divisão entre os estudantes brasileiros não pode ser considerado vitorioso.

A necessidade de unificar as lutas que ocorrem nacionalmente faz chocar com a direção pelega, burocrática e governista da UNE, como o demonstrou o movimento de 2007. Mas tal necessidade também não tem produzido ainda uma alternativa real de luta aos jovens. Trata-se de uma crise que só poderá ser superada com iniciativas unitárias, que possam ampliar a força de reivindicação e organização independente da juventude e que possam permitir a experiência da juventude com suas atuais direções. Se a UNE está na contramão da história ao se colocar lado a lado com o governo em seus ataques a educação pública, o CNE não soube trilhar um caminho alternativo.

A posição da Corrente Proletária Estudantil-POR pôde ser conhecida por todos os delegados do congresso: somos contrários ao divisionismo por considerar que não existe um

movimento amplo partindo das bases pela ruptura com suas entidades. Pelo contrário, a maioria, em especial nas universidades particulares, continua sob a influência dos governistas da UNE. Abandonar a luta dentro da UNE significa deixar esses estudantes sob o controle da política da UJS/PCdoB e sem contraposição política. Para nós, a tarefa que cumpre é de varrer essas direções tradicionais por meio da luta em torno das reivindicações mais sentidas dos estudantes, em aliança com a classe operária. Para isso, é necessário construir uma poderosa Frente de Oposição Revolucionária, baseada num programa discutido e votado pelas bases, que atue por dentro e por fora da UNE, que esteja onde estão os estudantes, disputando politicamente e visando a construir um forte movimento estudantil que possa intervir na realidade brasileira de forma a transformá-la profundamente.

Rio Grande do Norte

Vitória da passeata expõe contradições do movimento estudantil

No dia 28 de maio, foi realizada uma passeata contra o aumento das passagens de ônibus urbanos em Natal. A passeata saiu às 15h do CEFET/RN, agora IF/RN, em direção à prefeitura. A organização de fato do ato foi do grêmio do CEFET e DCE/UFRN. Portanto, da Juventude da Articulação de Esquerda (JAE/PT) e “independentes” (apartidários, independentes na realidade da política revolucionária).

Devido a um Tratado de Acordo de Conduta (TAC), o preço das passagens estava marcado para aumentar para R\$ 2,15 no dia 06 de junho.

A passeata contou com cerca de 300 estudantes e conseguiu evitar o aumento ao pressionar a prefeita Micarla (PV), que editou um decreto suspendendo o TAC. Essa vitória expôs as contradições e limites do movimento.

OS LIMITES E CONTRADIÇÕES DO MOVIMENTO

No dia 26, dois dias antes do ato, houve uma reunião no Grêmio do CEFET para discutir a pauta de reivindicação a ser entregue à prefeita e a elaboração de uma nota, além do acerto final sobre a organização do movimento. Nada disso foi discutido: a pauta de reivindicação e a nota ficaram de ser elaboradas por uma comissão que os presentes não sabiam exatamente quem eram. Ou seja, pela cúpula que dirigia o movimento.

O que marcou esta reunião foi

a polêmica sobre a municipalização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores e a perspectiva do movimento.

Na municipalização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores, os estudantes da JAE/PT e os confusos dos “independentes” tiveram a indecência de afirmar que também defendiam. Porém, eram contra fazer da municipalização o eixo do movimento e sequer propagandear-lo como solução definitiva para o problema dos transportes coletivos.

A JAE/PT apenas afirmou que também concordava com a municipalização. O diretor do DCE, “independente” próximo das idéias políticas pró-burguesas do PT, afirmou a possibilidade da municipalização sob controle dos trabalhadores respeitando o capitalismo, citando como exemplo o sistema de saúde na França.

Os transportes coletivos é um serviço social fundamental para o acesso à educação, ida ao trabalho e lazer das famílias trabalhadoras. Um preço alto das passagens impede o acesso de todos a educação, onera as contas das famílias trabalhadoras e as impedem o lazer. Em um contexto de crise capitalista, um preço alto das passagens de ônibus significa contribuir mais ainda para o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores.

Sob o capitalismo, os transportes coletivos são colocados a serviço do

lucro. O capitalista tem interesse em diminuir custos e aumentar os lucros – daí as frotas sucateadas, poucos ônibus nas linhas que conduzem à superlotação, diminuição de linhas que acarreta na dificuldade de acesso e inexistência nos locais pouco povoados. Assim, a proposta dos empresários burgueses dos transportes coletivos é aumentar o preço das passagens sem melhoria no sistema de serviço.

A municipalização sob controle dos trabalhadores barateia as passagens porque põe fim ao lucro capitalista. É uma bandeira fundamental de resolução definitiva do problema dos transportes coletivos. Quem usa tem interesse em melhorar o serviço – pois sofre diretamente pela sua precariedade – e baratear seu preço. A municipalização faz parte da luta dos trabalhadores pelo poder de Estado e derrubada da burguesia da direção dos negócios do País. Os trabalhadores não vão questionar o poder da burguesia nos transportes coletivos sem questionar também o poder da burguesia em todos os ramos da sociedade.

Os estudantes da JAE/PT estão mentindo quando dizem que defendem a municipalização sob controle dos trabalhadores, pois isto não existe no programa político de seu partido e corrente. Já o estudante “independente” diretor do DCE/UFRN, está confundindo alhos com bugalhos. Uma coisa é o sistema de saúde da França, outra coisa é o sistema de transportes coletivos de Natal/RN/

Brasil. Além disso, na França o sistema público de saúde não está sob o controle dos trabalhadores. É estatal, portanto, está nas mãos da burguesia através do exercício de seu controle sobre o Estado. O controle dos trabalhadores dos transportes coletivos no capitalismo depende da correlação de forças do movimento mais geral dos trabalhadores em sua luta contra os capitalistas e seus governos.

O que foi demonstrado, na verdade, é que os “independentes” da direção do DCE junto com a JAE/PT defendem da boca pra fora a municipalização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores. São uns demagogos confusos e mentirosos.

A Corrente Proletária deixou bem claro que não estava propondo esta bandeira como eixo da mobilização. O chamado à luta deve ser contra o aumento das passagens de ônibus, expor seus motivos e chamar a classe trabalhadora pela redução das passagens e passe livre para estudantes e desempregados. Mas era preciso realizar a propaganda sobre a solução definitiva para os problemas dos transportes coletivos. Os trabalhadores todo ano sofrem com a ameaça do aumento das passagens porque o sistema está sob o controle da burguesia, portanto, sob a lógica do lucro. Os trabalhadores não têm acesso de quanto custa o sistema e quanto vai para a burguesia de lucro. A municipalização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores põe um fim definitivo a utilização deste serviço para o enriquecimento capitalista. Esta é a questão fundamental.

JUVENTUDE DO PSTU DEFENDEU AUDITORIA NOS TRANSPORTES COLETIVOS

Foi sintomático a juventude do PSTU defender, na reunião de organização do ato, a auditoria dos transportes coletivos. A juventude do PSTU, na reunião de organização do ato e na sua intervenção, falou da municipalização dos

transportes coletivos, mas não se referiu ao controle dos trabalhadores.

Não foi apenas um lapso de esquecimento da Juventude centrista. Em seu programa de chapa nas eleições do DCE também havia esta proposta sem o controle dos trabalhadores. N a s eleições para prefeito, o seu candidato não se referiu em nenhum momento sobre a municipalização dos transportes coletivos sob controle dos trabalhadores.

O problema é que o PSTU não é capaz de defender as reivindicações transitórias. Antes mesmo de uma projeção eleitoral, o PSTU rebaixa as reivindicações dos trabalhadores e adapta suas propostas aos limites marcados pelo que o sistema capitalista pode atender. É o que eles distorcem como programa mínimo. Atualmente, diante da crise mundial do capitalismo e seus reflexos no Brasil através das demissões, os sindicatos que dirigem – desarmados de uma política revolucionária – encontram-se sem força social para fazer frente à burguesia e assim, mais uma vez, o PSTU adapta-se ao sistema fazendo exortações ao governo Lula/PT para salvar os trabalhadores por meio de canetadas (Medidas Provisórias). Justamente o governo que nas canetadas e na prática tem ajudado aos capitalistas demitirem e saírem da crise sem prejuízo de seus lucros.

A defesa da auditoria no sistema de transportes coletivos faz parte deste conjunto de políticas do PSTU que ele autodenomina de realista. A auditoria é algo previsto na ordem burguesa. Por este caminho, não se chegará a mostrar nada para os trabalhadores. Ao contrário, como os trabalhadores não têm controle sobre as auditorias, podem até chegar à conclusão de que as passagens devem aumentar mesmo. A política realista do PSTU é uma política de adaptação ao sistema burguês.

Ao defender um programa mínimo, a juventude do PSTU, na verdade, demonstra na prática o seu abandono

ao programa de transição. Nas reivindicações imediatas dos trabalhadores, os revolucionários não colocam nenhum obstáculo ou etapa anterior para a luta pelo socialismo, pelo contrário, fazem a ponte entre as reivindicações imediatas e as reivindicações socialistas. A juventude do PSTU não sabe disso porque é uma juventude formada sob o revisionismo do trotskismo.

O MOVIMENTO CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS FOI UM MOVIMENTO PERMITIDO

Sob a perspectiva do movimento, ficou evidente a limitação e o jogo de cena da direção.

O movimento tinha o respaldo da classe dominante. Era um movimento permitido. O diretor do CEFET liberou as aulas e a JAE/PT defendeu a restrição do movimento à suspensão do TAC. Os jornais burgueses estavam simpáticos ao ato e fizeram elogios posteriormente ao movimento. A prefeita Micarla (PV) já havia anunciado várias vezes nos jornais escritos locais sua intenção em suspender o TAC. Portanto, não seria surpresa nenhuma para gente se este movimento estiver expressando uma aproximação política do PT com o PV. A JAE/PT quer restringir o movimento à suspensão do TAC porque a prefeita Micarla (PV) já está disposta a realizar, portanto, o movimento é um jogo de cena.

O movimento foi vitorioso porque impediu o aumento das passagens de ônibus. Porém, isso é temporário. É preciso continuar o movimento pela redução do preço e passe livre a estudantes e desempregados. Pressionemos a direção do DCE para convocar uma assembleia geral de estudantes para que possamos definir a continuação do movimento e as suas bandeiras de luta. Somente a tomada da direção desta luta pelos próprios estudantes impedirá sua utilização eleitoral pelos partidos burgueses (PV, PT etc), o jogo de cena e a demagogia.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

www.pormassas.org

Plenária Estudantil na Ocupação de Marília

Nos dias 4 e 5 de julho, os estudantes ocupados e em greve da Unesp do campus de Marília chamaram uma plenária para discussão do PDI e Univesp. O único campus presente foi o de Presidente Prudente, que propôs que se discutisse a organização e estrutura do DCE.

O campus de Marília é o único em greve com ocupação de salas de aula. O DCE, só é visto através de seu delegado, como órgão centralizador das lutas da Universidade não existe. Prova disso foi a ausência dos demais delegados na plenária.

A corrente Proletária já fazia a crítica a estrutura de DCE por delegados, por ser algo disperso, onde os delegados agem de forma corporativa. Este ano, nos momentos de mobilização, temos um DCE débil, que não tem direção, nem atuação.

A LER-QI, corrente que propôs e defendeu esta estrutura, argumenta que esta debilidade se deve ao boicote dos campis que não elegem seus delegados e a falta de dinheiro do DCE. A Corrente Proletária avalia esta debilidade pela estrutura do DCE, onde cada delegado tem o seu programa e atua de forma individual, levando a dissolução do DCE. Na verdade, não há direção política nem programa. Esse é o DCE federativo proposto pela LER.

Quando em 2007, ocorreu o congresso para a reorganização do DCE, para articulação das lutas da UNESP e FATEC, tinha-se o objetivo de superar a dispersão do Movimento Estudantil, mas o que ocorreu foi a oficialização da dispersão e agora se espalha a idéia de não haver necessidade da organização, que independentemente os estudantes

tocam as lutas, justificando o problema como uma questão individual.

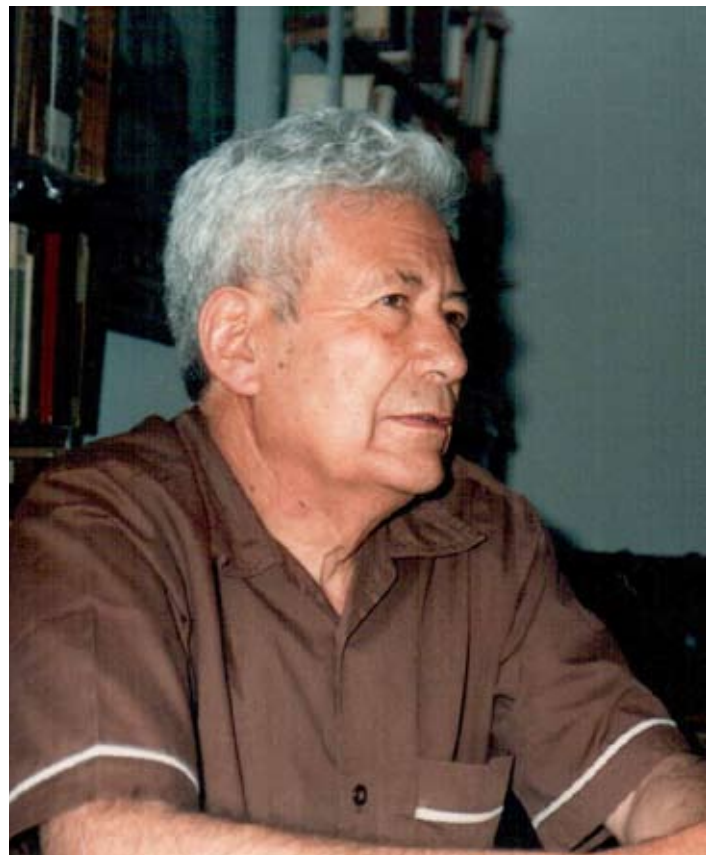
A organização do DCE deve ser feita a partir da formação das chapas, que irão se formar pela discussão política e se efetivar a partir de uma determinada posição política. E esta será apresentada aos estudantes de forma clara para disputar com as demais. A diretoria deve ser proporcional ao número de votos das chapas. Essa forma de organização corresponde à democracia estudantil, e permite que a fração revolucionária trave a luta pela direção do movimento e sua organização. Somente uma direção revolucionária pode expressar, por seu programa, uma organização que impulsiona a luta dos estudantes por suas reivindicações, o método da luta de classes (a ação direta), a democracia estudantil e a unidade com o proletariado.

Ceará:

Homenagem a Guillermo Lora

A regional do Partido Operário Revolucionário (POR), em Fortaleza, realizou no dia 27/06 uma palestra em homenagem ao autor das Teses de Pulacayo, que teve por tema: *Guillermo Lora e a revolução boliviana*. A palestra contou com vários simpatizantes e destacou a militância internacionalista de Lora, a luta pela construção do partido leninista e o método marxista da transformação da experiência em teoria, que possibilita a construção do programa da revolução proletária. A palestra relembrou sua juventude, a intervenção na revolução de 1952, na COB, na Assembleia Popular de 1971 e sua importância para a reconstrução da IV Internacional.

Para nós, da regional de Fortaleza, Lora será sempre lembrado como um militante profissional, de uma incomparável devoção à causa da revolução socialista. Para ele, a luta contra o nacionalismo burguês, o estalinismo e as mais variadas tendências revisionistas do trotskismo tinha de ter sempre o caráter de uma batalha implacável. Não admitia reticências, mas clareza programática e capacidade de se ligar às massas; o que fez do POR boliviano um caso excepcional do trotskismo mundial. Por sua coragem e sua titânica luta para sepultar o capitalismo apodrecido, a grande propriedade privada, angariou o mais furioso ódio da burguesia e da burocracia sindical. O movimento operário boliviano deve muito à sua militância, e aos feitos do seu partido, o POR boliviano. As grandes experiências da luta de classes na Bolívia, as preciosas lições de Lora, estão contidas em suas volumosas Obras Completas, 67 tomos ao todo, que são desde já um guia seguro para nós revolucionários brasileiros. Lora estará sempre presente em nossas lutas. Sua vida serve de exemplo e inspiração para nós, no Brasil, em nossa luta contra a burguesia



e seu governo de turno. Seguiremos firme na tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário. Viva o camarada Guillermo! Viva a revolução e ditadura proletárias!

Nesta edição:

- Mais um G-8
- Disputa interburguesa culmina em golpe militar em Honduras
- Argentina - Petroleiros
- Rumo à quebra da União Europeia
- Restauração capitalista na China agudiza os conflitos étnicos
- Nosso mais enérgico repúdio ao massacre de indígenas no Peru
- Resposta a Coggiola

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Mais um G-8

L'Aquila

O insuspeito correspondente de Paris do jornal Estado de São Paulo, Gilles Lapouge, descreveu bem o clima da reunião do G-8. Diz: "O exuberante e jocoso premiê italiano, Silvio Berlusconi, que hospeda o encontro, teve a ideia barroca de receber seus colegas em L'Aquila, na região de Abruzzo, cidade que há pouco tempo foi massacrada por um terremoto". Completa: "...os infelizes, cujas casas desapareceram no terremoto, estão furiosos vendo ministros e altos funcionários se exibindo na cidade morta". E pergunta: "...a reunião do G-8 se realizando no local de um desastre geológico, não seria uma maneira de confessar que esses encontros estão no seu ocaso?"

Tirando o fato de que se tem feito um alarde para se ampliar a participação dos chamados "emergentes nas cúpulas, no caso o G-20 substituiria o G-8, que influenciou a observação do correspondente, o seu sentido é realista. A figura bufônica do primeiro-ministro da Itália, por si só, reflete a decadência da burguesia, classe parasitária e responsável pela jogatina mundial. O anfitrião do G-8 não poderia fazer melhor escolha. A intenção era de mostrar-se um governo atuante e chamar a atenção para o drama de L'Aquila. Mas o cérebro de Berlusconi não poderia supor que a interpretação seria o contrário. O terremoto e a cidade morta seriam a imagem da crise por que passa o capitalismo e de quem paga por ela.

A bandeira dos manifestantes foi inspirada na escolha de Berlusconi: "O G-8 é um terremoto, somos todos aquilanos". "G-8, FMI, Banco Mundial, quem saqueia e destrói são vocês."

Bandeira dos "emergentes"

Lula há algum tempo defende a bandeira, junto às potências, de que chegou a hora de se reconhecer a importância dos "emergentes". Reivindica que tenham assento nas reuniões de cúpula e maior poder de decisão no FMI. No último encontro de G-20, exultante, o governo brasileiro avaliou que um passo foi dado nesse sentido e que o G-8 já não tem condições para coordenar as forças mundiais frente à crise econômica. Juntamente com outros países "emergentes", comprometeu-se a contribuir com uma cota para o FMI, com o objetivo de permitir-lhe "ajudar" os países pobres. Cumpriu o acordo destinando US\$10 bilhões.

O pleito conta com apoio de Nicolás Sarkozy, da França,

de quem o governo brasileiro se aproximou e o considera um aliado nas questões estratégicas trazidas pela crise. O primeiro-ministro da Inglaterra, Gordon Brown, também comunga a ideia de dar maior representatividade aos "emergentes".

Uma parte das potências, tendo à frente a Alemanha, considera que o novo quadro mundial se caracteriza pelo declínio da hegemonia norte-americana e a necessidade de estabelecer relações multilaterais. Multilateralismo passou a ser a palavra mágica. O que quer dizer que nenhuma outra potência pode ocupar o lugar de poder mundial constituído pelos Estados Unidos depois da 2ª Guerra. A decisão de George W. Bush de ocupar o Iraque, a despeito da posição contrária do Conselho de Segurança da ONU, um ato de prepotência hegemônica, deveria ser substituída por negociações mais amplas. Usamos esse exemplo para compreender o que se pretende com a bandeira do multilateralismo e da ampliação do G-8 para o G-20.

Os Estados Unidos foram o epicentro da crise e de lá partiu o choque sistêmico do capital financeiro. O dólar é a moeda internacional, que vem sendo solapada com o declínio econômico e com os artificialismos de política monetário-fiscal dos Estados Unidos. As potências europeias querem pôr algum limite ao poder da burguesia norte-americana de ditar as diretrizes para a economia mundial. O declínio dos Estados Unidos não significa o fim da hegemonia. Nada indica que algum outro país terá como superar os norte-americanos. Na realidade, o que se pretende é obter maior margem de negociação sobre questões que envolvem o mundo capitalista.

Lula e seus parceiros do Bric, agora reunidos no G-5, não fazem senão ressoar os interesses de uma parcela das potências. A crise não chegou ao ponto de jogar potências contra potências, mas essa é a perspectiva. Os interesses particulares do imperialismo, que resguardam suas forças produtivas nas fronteiras nacionais, não caberão na pacífica coordenação mundial de G-8, ou outro G qualquer. A necessidade de algumas das potências europeias usarem o argumento de declínio da hegemonia norte-americana e apoiarem os "emergentes" no pleito de maior participação indica a existência do choque entre nações.

Lula faz papel de bobó da corte brandindo o 11º lugar do Brasil na economia mundial, a contribuição ao FMI, as reservas cambiais emprestadas aos Estados Unidos e a resistência à crise externa. Em quaisquer organismos do imperialismo que

estejam, os Brics serão cordeiros das potências.

A principal questão do G-8 - Irã

Muita publicidade se fez em torno de temas como reforma do sistema financeiro, estabilização da moeda, retorno a Doha, equilíbrio comercial entre países, abertura econômica, novas medidas anticrise etc. Os trilhões despendidos para conter a marcha da quebra do sistema financeiro e do avanço da recessão amenizaram o impacto inicial, mas não tiveram como reverter o quadro mundial da desagregação. Uma nova etapa da crise poderá estar se gestando com a ampla intervenção estatal, com o parasitismo e com o endividamento dos Tesouros. Embora os temas citados fossem concretos, nada foi apresentado pelo G-8.

A linha geral já havia sido traçada pelo G-20 e cada um faz o que quer e o que não quer. Motivo de Lula reclamar de que as potências não aplicam as decisões, a exemplo dos recursos para o magnânimo FMI ajudar os coitadinhos.

“G-8 dá prazo para Irã abrir diálogo” – manchete do Es-

tado de São Paulo (9/7) Diz o comunicado que a comunidade internacional (comunidade, quer dizer imperialismo) estende a mão para o Irã. “Se até lá (a reunião do G-20), não tivermos progressos, teremos de tomar decisões” – ameaça Nicolás Sarkozy. Informa-se que Obama convocou Lula a usar as boas relações do Brasil com o Irã para convencer Mahmoud Ahmadinejad a aceitar a via diplomática.

A política intervencionista do imperialista está intacta, apenas muda de aspectos. Obama está empenhado em fazer o Irã se ajoelhar diante do imperialismo e de seu enclave no Oriente Médio, Israel, que pertence ao restrito clube dos portadores da bomba atômica.

O Irã tem o direito de desenvolver a energia nuclear como bem entender. As armas nucleares, bem como o mais sofisticado armamento, são criações das potências, em outras, palavra do capitalismo. É preciso combater o intervencionismo dos Estados Unidos, do G-8 ou do G-20. A guerra contra o Irã já está preparada, esperam-se as condições políticas ou então a capitulação.

Disputa interburguesa culmina em golpe militar em Honduras

O golpe militar e a constituição de um novo governo tendo à frente um civil ganhou importância na América Latina e internacional pelo fato dos Estados Unidos terem Barack Obama no governo. Não só por isso, mas também porque o governo deposto vinha se alinhando à política nacional-populista de Hugo Chávez.

O conflito entre Venezuela e Estados Unidos está presente em Honduras. Não tanto quanto na Bolívia e Equador, mas está. Não é do interesse do imperialismo o fortalecimento do chavismo, embora esteja comprovado que o “socialismo do século XXI” não passa de uma máscara para o limitado nacionalismo do caudilho venezuelano.

A derrubada de Zelaya ajudaria no argumento chavista de que se pretende fechar o caminho da democracia e das reformas populares. Isso quando a reação antinacionalista acusa o governo venezuelano de ditador.

O pronunciamento imediato de Obama condenando a ilegalidade da destituição de Zelaya criou uma situação paradoxal. Obama e Chávez foram colocados pelo golpe numa posição comum quanto à exigência de restabelecimento da constitucionalidade. Mas quem dará as diretrizes para o desfecho do confronto entre Zelaya e Micheletti será Obama.

Honduras tem sua soberania alienada pelos Estados Unidos, portanto, pelo imperialismo. Obama tirará proveito do patético Zelaya, que foi aos Estados Unidos beijar as mãos da Secretária do Estado, Hillary Clinton. Trata-se de uma manobra tática de Obama para borrar a imagem imperialista da potência norte-americana e da política militar-intervencionista expressa por George W. Bush.

Honduras, país semicolonial

Como grande parte dos países latino-americanos, Honduras é um país atrasado, de economia baseada na exportação de matérias-primas e no setor de serviços. A quase

totalidade de seus produtos é exportada para os Estados Unidos (70%). O desemprego atinge 27% dos trabalhadores e 50% vivem com apenas 1 dólar por dia. Nesse quadro de miséria, avança a barbárie social, que afeta, sobretudo, a juventude. Soma-se a isso a crise econômica mundial, que afetou o país: seu pífio crescimento despencou, ampliando a necessidade de ajuda financeira dos países imperialistas.

Politicamente, prevalece o controle do Estado pelas oligarquias e capitalistas tradicionais. Há décadas revezam no poder do Estado dois partidos: o Partido Liberal de Honduras (PLH) e o Partido Nacional de Honduras (PNH). Como partidos burgueses, ambos exploram as ilusões dos explorados na democracia burguesa.

Miguel Zelaya, chavista de última hora

Latifundiário e político tradicional da burguesia hondurenha. Foi eleito em 2005 pelo Partido Liberal de Honduras e sempre foi subserviente aos interesses comerciais dos Estados Unidos. Em 2007, seu governo passa pela primeira crise ao determinar que todas as emissoras de televisão fossem obrigadas a fazer propaganda das “benfeitorias” promovidas por seu governo. Em 2008, estreitou laços com Hugo Chávez através da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e passou a ser subsidiado com petróleo venezuelano. No entanto, continuou a receber ajuda financeira dos EUA. Em 2009, inicia uma nova crise com a proposta de reforma da Constituição.

Disputa interburguesa

Honduras é um país que sempre esteve envolvido em golpes militares. Porém, desde 1981, vivia em comunhão com a democracia burguesa. Claro que dirigido pelos tradicionais partidos Liberal e Nacional. Um novo golpe militar ocorreu em 28/06, dando início a uma crise institucional em Honduras. Concorrendo pelo controle do poder do Estado estão, de

um lado Miguel Zelaya, do Partido Liberal e, de outro, Roberto Micheletti, do mesmo partido.

O motivo do golpe foi que Miguel Zelaya convocou uma consulta popular sobre uma possível reforma da Constituição, em novembro. No entanto, o teor da reforma não foi colocado para a população. Zelaya pretendia propor a eliminação do artigo da Constituição que proíbe a reeleição para presidente.

O Congresso Nacional, a Procuradoria-Geral, o Judiciário, a Igreja Católica e parte de seu partido se colocaram contra a proposta de reforma. A insistência em manter o referendo colocou o presidente na ilegalidade. Foi deposto pelos militares e enviado para Porto Rico.

Intervencionismo

Logo após o episódio, ass ameaças de boicote econômico, interrupção de envio de ajuda financeira surgiram de todas as partes.

Os Estados Unidos, que sempre se utilizou dos golpes e de assassinatos para preservar seus interesses nos países da América Latina e Central, cessou o envio de US\$ 16 milhões em ajuda financeira; a União Européia, que explora o trabalho do proletariado hondurenho, interrompeu discussões sobre acordos comerciais; a Venezuela, que quer exportar seu “Socialismo do século XXI”, ameaçou invadir Honduras caso seus diplomatas sofram quaisquer danos, além de suspender a remessa de petróleo; o Brasil, país subjugado pelo imperialismo norte-americano e europeu, exigiu respeito às instituições democráticas; a OEA e a ONU, órgãos que estão a serviço do imperialismo, ameaçam tirar Honduras de suas fileiras.

O imperialismo e seus lacaios formaram uma santa aliança para reconduzir o presidente deposto, por meio de um

Argentina - Petroleiros

Frente às demissões e suspensões: ocupar as empresas e locais de trabalho, expropriar sem indenização as empresas de petróleo e impor o controle operário coletivo

Nos últimos anos, as empresas de petróleo multinacionais e nacionais obtiveram lucros gigantescos com a exploração dos recursos naturais (petróleo e gás) do país. Repsol (espanhola), por exemplo, detém mais de 50% da exploração em suas mãos. No último ano, obteve lucros 2600 bilhões de dólares, que foram enviados a sua matriz na Espanha. O governo nacional e provincial renovou as concessões a às multinacionais empresas de petróleo para que continuem a saquear e explorar os recursos naturais. São governos que defendem os interesses da burguesia nacional e do imperialismo. O crescimento econômico que muito se escutava os economistas e analistas burgueses falarem nos últimos 5 anos, na realidade foi para os capitalistas. Para os trabalhadores, a realidade era oposta, não existia crescimento e sim perdas de direitos e precarização laboral. Exatamente nesse período de “crescimento econômico”, foi quando a burguesia aprofundou a super-exploração da força de trabalho, implementado a chamada reestruturação produtiva, um conceito adotado pela burguesia mundial composta por várias medidas contra os trabalhadores, como por exemplo: à maldita rotatividade de mão-de-obra, em que a patronal demite

acordo com os golpistas. Para isso, utilizam-se do bloqueio econômico. Ameaçam sufocar a economia do país miserável, se os militares não restabelecerem a legalidade constitucional. O que evidencia o quanto Honduras é um país dependente dos Estados Unidos e sua raquítica burguesia incapaz de solucionar as tarefas democráticas e nacionais do país semicolonial.

Posição do proletariado

A disputa pelo poder do Estado levou o presidente deposto a convocar os explorados para que exigissem nas ruas seu retorno ao cargo. Apoiado pelas lideranças sindicais, estudantes e camponeses, manifestantes pró-Zelaya saíram às ruas e foram reprimidos pelo Exército. Do lado de Micheletti, estão o Congresso, o Judiciário, a Igreja Católica e Protestante, a Procuradoria-Geral, parte do Partido Liberal, os empresários e uma camada da classe média. Também convocaram a população a sair às ruas de Tegucigalpa para defender o “novo” governo.

Na ausência do partido revolucionário, os partidos burgueses arrastam os pobres e famintos por trás de sua política de subserviência ao imperialismo. Está colocada a luta pela independência dos explorados frente às duas forças burguesas. Micheletti representa o golpismo oligárquico e Zelaya o charlatão que migrou da direita para o populismo burguês. Há que se condenar o golpe militar, mas não apoiar o governo deposto. Rechaçar o intervencionismo do imperialismo e de seus aliados, como o Brasil. Denunciar a política demagógica anti-imperialista de Chavez. Defender a soberania de Honduras (autodeterminação), por meio de uma frente única anti-imperialista e anticapitalista. Construir o partido operário revolucionário, como parte da reconstrução da IV Internacional.

os trabalhadores efetivos e contrata outros trabalhadores, não efetivos, por três ou seis meses, ganhando a metade ou menos do salário pago ao companheiro despedido; a terceirização, em que a patronal contrata uma empresa terceira que paga uma miséria aos trabalhadores e acaba com os trabalhadores efetivos; o contrato temporário, as suspensões e redução de salários etc. Nos últimos anos, a patronal, com o aval da burocracia sindical da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) implementou todas medidas contra os trabalhadores de as empresas de petróleo, da indústria automotriz, autopeças, concessionárias etc.

O Secretário-Geral do sindicato de gás e petróleo privado, Guillermo Pereyra, em novembro, negociou um acordo com as empresas de petróleo e o governo que permitiu as suspensões com redução salarial, o não aumento dos salários por seis meses, ou seja, assinou “a paz social”. O burocrata mentia nos meios de comunicação dizendo que não havia demissões no setor. Enquanto as empresas continuavam demitindo os trabalhadores não efetivos e os das empresas terceirizadas.

A burocracia fez de tudo para impedir a luta dos operários.

Mas, as empresas de petróleo, tanto multinacionais como nacionais, para garantir seus lucros e para descarregar a crise nas costas dos trabalhadores, anunciaram a demissão de mais de três mil operários que estavam em casa suspensos do trabalho. Desta vez, os burocratas se utilizaram da conciliação obrigatória, imposta pelo Ministério do Trabalho. A conciliação obrigatória, como seu próprio nome afirma, serve para conciliar a luta de classes, é uma ferramenta criada pela burguesia para tentar impedir a luta direta dos explorados contra seus exploradores (a patronal e seus governos). A conciliação obrigatória deveria ocorrer até 6 de maio.

Em 23 de abril, a burocracia realizou uma assembléia com os petroleiros de toda a província. Mais de 5 mil operários participaram. Na assembléia, Pereyra declarou que “A direção do sindicato petroleiro já tinha feito tudo o que as empresas de petróleo e o governo pediram... aceitamos a paz social, as suspensões, as reduções salariais etc.”. Demagogicamente, Pereyra informou que: “não aceitariam nenhuma demissão ou redução salarial e que, se fosse necessário, organizariam uma greve geral da produção”. Tudo palavras. Já estava tudo acordado entre a burocracia, a patronal e o governo Sapag. Na realidade, a burocracia queria ganhar tempo, adiantando o prazo da conciliação obrigatória para que as empresas de petróleo programassem as demissões dos milhares de operários que estavam suspensos sem nenhuma resistência. E assim ocorreu. SKANKA por exemplo, demitiu 300 operários no dia 30 de abril. Pride, Schlumberger, Haliburton, juntas, despediram mais de 300 trabalhadores e estão chegando milhares de telegramas de demissão. Os trabalhadores demitidos começaram a lutar, chegaram a ocupar uma planta (Schlumberger). A burocracia demagogicamente teve que declarar greve nas empresas de serviços especiais. Mas era tudo encenação, eles já haviam acordado as demissões com a patronal. Guillermo Pereyra/MPN, na assembléia do dia 23, deixou claro que seu principal interesse são as eleições, quando chamou os petroleiros a votar em Rodrigues (Secretário-Geral da CGT Regional).

Expulsar a burocracia e resgatar os sindicatos para a luta dos trabalhadores.

A burocracia vendida, para impedir a luta unificada de todos os petroleiros, assinou um acordo somente com as empresas produtoras e deixou os trabalhadores das empresas de serviços especiais numa luta isolada contra as demissões. Um dos grandes obstáculos que impede os trabalhadores enfrentarem de forma unificada os capitalistas é a política de traição e conciliação da burocracia sindical que se encontra encastelada na direção dos sindicatos e centrais sindicais. Operários do setor petrolífero: é necessário se organizar em todas as empresas para expulsar a burocracia sindical traidora das comissões internas e dos sindicatos. Somente assim será possível lutar de forma unificada para por fim às demissões e suspensões.

Nenhuma ilusão nas eleições.

Defender as reivindicações por meio da ação direta.

Rechaçar todos os acordos que retiram direitos.

Impor a efetivação na planta de todos os precarizados (terceiros e temporários).

Frente às demissões e suspensões: Greve, ocupar e expropriar sem indenização as empresas de petróleo multinacionais e nacionais, sob o controle operário coletivo.

Emprego a todos. Divisão das horas de trabalho entre empregados e desempregados, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho).

Construir as correntes proletárias em todas as empresas e locais de trabalho, para impulsionar a luta pelas reivindicações das massas exploradas à luta política pela tomada do poder.

Chamamos a classe operária e demais oprimidos a construir o Partido Operário Revolucionário, que tem como tática a defesa de as reivindicações vitais das massas exploradas por meio da ação direta (greves, ocupação de fábricas, piquetes, greve geral, a constituição de organismos de duplo poder, assembléias populares etc.). Devemos ligar esta tática com a estratégia (objetivo) da tomada do poder, a destruição do Estado burguês por meio de uma revolução social, a insurreição armada das massas e a constituição de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, onde a classe operária e demais oprimidos no poder terão em suas mãos o controle da economia, o controle dos meios de produção, fábricas, terras etc.).

Rumo à quebra da União Europeia

Pablo Viñas (correspondente da Espanha)

A União Europeia se encontra submergida em uma profunda crise que quase a fez desaparecer de cena. Efetivamente, a Comissão Europeia foi encarregada de homogeneizar uma política neoliberal contra os trabalhadores, baseada na privatização das empresas públicas, do ensino, da saúde, no corte aos direitos dos trabalhadores e, especialmente, uma política repressiva contra os imigrantes. Graças a ela, os governos nacionais europeus puderam justificar mais facilmente suas políticas contra os trabalhadores. Atualmente, o “projeto” de uma Europa Unida, o que há alguns anos era o esforço para concretizar uma “Constituição” para os 25 países que constituem a U.E., para criar uma política única de defesa, uma Carta de direitos dos trabalhadores, constituem agora evidentes fracassos dos quais ninguém fala. Gastaram-se os argumentos para vender a construção de uma “Europa dos povos” ou dos “direitos” em cuja defesa os partidos socialdemocratas utilizaram tanta demagogia, sem dúvida os que mais tentaram fazê-la crível aos trabalhadores.

Nem as intensas campanhas de propaganda podem ocultar a realidade da U.E.: um esforço político para construir um mercado único para o negócio das multinacionais.

Se a crise do capitalismo demonstrou algo neste último ano é a ausência da mais elementar política comum frente à crise por parte da U.E. Primeiro foi a impossibilidade de desenhar um conjunto de medidas financeiras comuns para os bancos. Ao largo do outono passado, distintas cúpulas de chefes de Estado e governo dos 25 foram incapazes de fixar um fundo comum e regras homogêneas para fazer frente à sucessão de quebras bancárias que estavam se produzindo na Inglaterra, Irlanda, Portugal e outros países. O resultado foi que cada país tomou suas decisões para salvar suas instituições financeiras e indústrias entre debates sobre as implicações destas medidas, muitas delas de claro caráter protecionista, frente ao que era regra de ouro do mercado único europeu: a livre concorrência.

Desde então tudo se precipitou. Decisões do governo inglês ou holandês que supunham uma nacionalização apenas encoberta de boa parte de seus maiores bancos para evitar que fossem comprados por outros bancos europeus. Medidas da França e dos países mais ricos em que a UE concederia formidáveis ajudas às suas indústrias para evitar a quebra e impedir que a paralisia da economia disparasse em seus estados. Tudo avalizado por uma Comissão Europeia que, de ao exigir que os déficits públicos dos Estados não passassem de 3%, passou a permitir que “conjunturalmente” se pudesse ultrapassar esta barreira. O resultado é que o endividamento dos estados mais ricos lhes permitiu evitar bancarrotas bancárias catastróficas, quebras industriais massivas ou crescimentos exorbitantes. No entanto, em Portugal, Espanha e, sobretudo, nos países do Leste incorporados mais recentemente à U.E., o crescimento do desemprego disparou, junto a uma queda generalizada das condições de vida. Entretanto, a imprensa mais populista e nacionalista das economias mais potentes, especialmente da Inglaterra e Alemanha, não deixaram de criticar as contribuições de seus estados ao fundo de coesão Europeia e as ajudas aos países mais pobres, exigindo que estes saiam da União Europeia ou esta não lhes dê nenhum dinheiro.

Diante do crescimento do desemprego e da miséria, o parlamento da Comissão Europeia está praticamente desaparecido, não passam de alguns pronunciamentos retóricos. Os trabalhadores não viram nenhum motivo para considerar a U.E. como marco de regulação de seus direitos sociais, tal como os partidos social-democratas e estalinistas repetem há anos. O parlamento se pronunciou em alto e bom som apenas para impor um endurecimento brutal da política contra os imigrantes. Também a Comissão Europeia se pronunciou com contundência sobre a necessidade de reduzir drasticamente os “gastos sociais”, recomendando para alguns estados membros baixar os salários dos trabalhadores. O habitual é que qualquer mobilização dos trabalhadores, além de lutar contra sua patronal, tenha que se enfrentar com as diretrizes ou decisões da União Europeia. Há tempos que U.E. deixou de ser uma esperança para os trabalhadores para converter-se em seu declarado inimigo.

Em 7 de junho, celebraram-se eleições para o parlamento europeu e o denominador comum das campanhas eleitorais de cada um dos países membros da U.E. foi que em nenhum deles se debatessem os problemas da Europa. Em cada país trataram de questões nacionais, convertendo-se assim em outras eleições nacionais nas quais se votava para um parlamento do qual não se quer saber nada. Os partidos conservadores conseguiram uma destacada maioria, mas isto foi um dado claramente secundário. O que realmente importa foi o grau de abstenção e o crescimento dos partidos de extrema direita de tintas claramente nacionalistas e xenófobas. Quanto à participação, a média entre os 25 se situou em 42,94% e, nos grandes países da União, exceto Itália, que atravessa uma grave crise institucional e política, todos tiveram uma participação abaixo de 44%, chegando a 34% no caso da Inglaterra. Inclusive, os países do Leste, incorporados à União há poucos anos, passaram das taxas mais altas de participação a cifras abaixo de 40%, chegando a 27% na Romênia, 24% na Polônia e 19% na Eslováquia. Enquanto os partidos conservadores viram crescer de forma substancial sua presença, apesar de terem se dividido em vários grupos na Eurocâmara, os social-democratas passaram de 217 cadeiras a 161. Se demonstraram algo nestas eleições é que, apesar da massiva campanha de propaganda da socialdemocracia, o desafio das massas com o projeto da

U.E., e que inclusive o traje político europeu fica largo em importantes setores das burguesias européias, que necessitam recuperar uma maior margem de iniciativa no terreno econômico para aumentar as barreiras protecionistas e melhorar suas possibilidades de competir em outros mercados.

Enquanto o imperialismo norte-americano é capaz de tomar iniciativas de conjunto, a tendência da U.E. encaminha-se mais para sua ruptura, porque longe de existir um imperialismo europeu, a crise reforçou as tendências nacionalistas de suas distintas burguesias.

No calor destas eleições, levantaram-se algumas agrupações de esquerda à margem da socialdemocracia e do estalinismo, que em alguns casos, como o de Portugal, tiveram um notável êxito. Outros, como o Novo Partido Anticapitalista francês, reagrupamento montado pelos mandelistas da LCR, ficaram muito longe das expectativas que haviam traçado, não chegando a alcançar 5%. O eleitoralismo míope destas correntes fez com que se lançassem em uma intensa campanha eleitoral sem entender que estas eleições só podiam ser motivo de propaganda e mobilização contra a Europa das multinacionais, as privatizações, as leis xenófobas, os recortes aos direitos dos trabalhadores e a destruição do ensino e da saúde públicos.

A crise do capitalismo desmascarou de forma irreversível as contradições que existiam na “construção Europeia”. Como era evidente, não se pode construir um imperialismo europeu, como antes, convivem diferentes imperialismos com diversos graus de interconexão, que nestos momentos de crise estabeleceram uma dura disputa de intensificação de mecanismos protecionistas e ajuda a suas respectivas multinacionais em detrimento do resto. Nesta situação, a maioria dos 25, especialmente os países do Leste, Portugal e Grécia, cada vez de forma mais clara, se encontram condenados a ser mercados subordinados e fonte de mão-de-obra. A sobrevivência da União Europeia estará determinada pela evolução da crise. Se se estende muito no tempo ou se aprofunda, vai ser muito difícil evitar sua quebra para dar lugar a outras formas de “integração” ou uma redução do grupo de países que realmente adotam o euro e sustentam algum tipo de instituição comum.

As greves e mobilizações dos trabalhadores contra a crise foram muito intensas em alguns países como Alemanha e França, mas as burocracias sindicais até agora conseguiram impedir a extensão e confluência dos movimentos. O papel desmobilizador das direções sindicais nesta crise está sendo absolutamente escandaloso, mas, exceto na França, o controle da burocracia está sendo bastante eficaz. Enquanto em toda Europa está crescendo um forte movimento estudantil contra a privatização da Universidade encoberta sob o conhecido Plano Bolonha, como não se recordava desde finais dos anos sessenta e setenta. Estão sendo movimentos de uma base muito ampla e de corte muito radical em algumas ocasiões, como na Grécia. Na França e Itália conseguiram paralisar completamente as universidades durante meses. Em outros países, como a Espanha, as mobilizações estão alcançando uma grande intensidade. Em todos os casos, nos encontramos com movimentos à margem da social-democracia e do estalinismo, com um forte componente espontâneo e carente da mais elementar direção.

É neste marco de quebra da União Europeia, de emergência do movimento operário e estudantil, de luta dos trabalhadores imigrantes contra a superexploração e as leis xenófobas, de luta pelo reconhecimento do direito à autodeterminação das nacionalidades, em que será necessário defender a construção do partido revolucionário e a luta pela União de Estados Socialistas Europeus.

Restauração capitalista na China agudiza os conflitos étnicos

O confronto entre duas nacionalidades, Han e Uigur, na província de Xinjiang, causou 156 mortes, mais de mil feridos e quase 2 mil prisões. O estopim foi o protesto de domingo, dia 5/7, exigindo do governo punição pela morte de dois operários uigures em uma fábrica de Guangdong, por chineses da etnia han. A polícia interveio e o conflito se espalhou por toda capital, Urumqi.

Os uigures que eram maioria na província se vêem hoje na condição de minoria e sofrem a opressão dos hans. A migração dos hans para Xinjiang fez parte da política do governo de Pequim, como forma de assegurar a integração da província ao território da China.

As características muçulmanas e as diferenças de língua e etnia separam os uigures dos chineses. O separatismo é forte na região e a burocracia do partido comunista impõe o integracionismo a base da força. A Revolução Chinesa, degenerada pela burocracia do nacional-socialismo, não erradicou o problema das nacionalidades e, ao contrário, forçou a unidade territorial por meio da opressão. A restauração capitalista contribuiu para o aumento dos conflitos entre as etnias. É o que se passa em Xinjiang e no Tibet.

O conflito entre etnias só será resolvido com a eliminação

da opressão de uma nação sobre outra. Não pode haver erradicação da opressão nacional sem que se aplique o princípio do direito a autodeterminação. A revolução proletária onde convivem várias nacionalidades tem em seu programa a autodeterminação e a tarefa de integrar pacificamente as nacionalidades por meio da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

O choque entre as massas han e uigur advém do fato de se manter a exploração do trabalho, os privilégios e a dominação da burocracia que nasceu na entranha da revolução chinesa, que deveria extirpar toda forma de opressão. O conflito entre operários hans e uigures, sob alegação de assédio sexual, que levou a inúmeras mortes e depois as manifestações de ambas as partes e que novamente provocaram mais mortes tem por trás a opressão nacional e a discriminação racial.

Na China, está colocada a tarefa de construir o partido revolucionário com o programa de recuperar as conquistas da revolução chinesa e avançá-la no terreno do internacionalismo proletário. Só por esse caminho as inúmeras etnias conviverão harmonicamente em função da sociedade coletiva e alcançarão a autodeterminação..

Nosso mais enérgico repúdio ao massacre de indígenas no Peru

O governo de Alan Garcia – governo abertamente pró-imperialista-, promoveu um brutal massacre de indígenas da região amazônica do Peru. Os indígenas amazônicos protagonizavam uma campanha de protesto contra a Lei Florestal e da Fauna Silvestre, que dá carta branca às multinacionais para a exploração das riquezas naturais florestais e hidrocarboríferas na ampla região selvagem da amazônia peruana. Depois de 55 dias de protestos indígenas, sem que houvesse resposta por parte do governo às suas reivindicações, decidiram radicalizar suas medidas de pressão, procedendo o bloqueio de estradas. A resposta do governo foi uma brutal repressão, que deixou centenas de feridos e custou a vida de mais de trinta índios e nove policiais executados pelos índios após tê-los capturado como reféns.

Cinicamente, o governo de Alan Garcia pretende esconder o genocídio, desenvolvendo uma grande campanha de intermediação – da qual imediatamente se fez eco na imprensa nacional controlada pela oposição direita -, que acusa os indígenas de selvageria pela morte dos 9 policiais e nega o massacre. Acusa também o governo boliviano de ingerência no conflito.

A luta social dos opressores se arroga do direito de reprimir e até de massacrar os oprimidos, toda vez que estes desafiam sua vontade. O opressores se posam de vítimas quando os agredidos respondem com violência.

Isso de repudiar de maneira igual a violência, “venha de onde vier”, é uma posição reacionária e hipócrita. Rechaçamos a violência institucionalizada dos opressores e saudamos a violência libertadora dos oprimidos.

O dirigente amazônico Zebelio Kayap denuncia que

os corpos dos índios mortos durante os enfrentamentos com a polícia, estariam sendo queimados pelos efetivos policiais da Diroes e que, depois de queimados na Direção de Operações Especiais (Diroes), seriam lançados no rio Marañón nas casas de Repouso, em Bagua (Amazonas).

O governo do Peru denunciou a ingerência estrangeira na rebelião indígena e parlamentares direitistas peruanos acusam diretamente Evo Morales de incitar os índios peruanos, apoiando-se em uma carta que Evo enviou a IV Cúpula Continental dos Povos Originários”, em Puno, cinco dias antes desses acontecimentos sangrentos.

Na referida carta do impostor Evo - que aplica uma política aberta de respeito à ordem burguesa, isto é, ao sistema de produção capitalista atrasado, que se desenvolve em nossos país sob a pressão do imperialismo e sobre a herança histórica da opressão branca sobre os indígenas - assinala que: “Este é o momento para que todos saibam que nossa luta não termina, que da resistência passaremos à rebelião e da rebelião à revolução. Este é o momento da segunda e definitiva independência”.

Aquele que não conhece pode acreditar. Evo só em palavras é governo indígena-camponês. Na realidade, é um vulgar lacaio dos ricos, dos patrões exploradores ancestrais dos indígenas, das multinacionais e do imperialismo. Toda sua política se enquadra na busca da convivência entre explorados e exploradores, não procura acabar com os opressores, mas sim conviver harmonicamente com eles.

(Extraído do Jornal Massas 2132, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Guillermo Lora morreu

Resposta a Coggiola

O Jornal "HORA 25", em seu número 63, publicou um artigo de Osvaldo Coggiola (argentino) com o título de "HORA 25 ABRE O DEBATE SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E PENSAMENTO DO LÍDER DO POR, GUILLERMO LORA", cujos parágrafos contêm críticos desprezíveis e vis.

O tal Coggiola, ao se referir às Teses de Pulacayo, mostra sua insatisfação porque o documento que assinala os princípios da política revolucionária do proletariado não se refere nem apóia os "processos nacionalistas". Ele deve saber que as Teses de Pulacayo mostram a necessidade histórica da aliança operário-camponesa, das forças motrizes da revolução, partindo da solução radical do problema da terra. É o documento da classe operária e não da burguesia.

Também disse: "Seguindo a orientação da IV Internacional, o POR e Lora proclamaram o 'apoio a ala esquerda do MNR' (Lechín), posição que mais tarde Lora criticou".

O POR e Lora proclamaram o 'apoio a ala esquerda do MNR'? Não. Guillermo escreveu na Contribuição à História Política da Bolívia (História do POR) o seguinte:

"(...) A ala esquerda do MNR não encarnava a consciência de classe do proletariado, mas sim, contrariamente, seu confucionismo que atuava como um dos pontos de apoio do governo Paz".

"(...) Seria um erro pensar que o trotskismo não criticava o governo movimentista, a fim de não motivar a resistência das massas à sua atividade. Não. A crítica porista ao nacionalismo era virulenta, mostrava suas limitações e denunciava a menor concessão feita ao imperialismo. É esta crítica precisamente, a que, às vezes, encontrava o apoio dos movimentistas de base".

"(...) As tendências nacionalistas que não tinham sido extirpadas do seio do POR e que, melhor dizendo, tinham ganhado corpo e controlavam certos cargos de direção, com o fortalecimento do MNR em escala nacional, preconizavam a linha política de apoio ao MNR e atuaram nesse sentido..."

"Se a linha política do POR fosse aquela que exteriorizou com seus atos a fração nacionalista, às vésperas de abril, durante a insurreição popular e, depois, com certeza deixaria de existir como força política, como futura direção revolucionária dos explorados, teria se esgotado politicamente inclusive muito antes que o MNR, que não só teve a oportunidade de ensaiar a realização de suas promessas, mas teve de passar por um período de longa agonia enquanto partido governante etc. Não. O trotskismo era outra coisa: seu programa estava elaborado ao redor da idéia fundamental de que a solução das tarefas democráticas... já não poderia ser consumada pela burguesia nacional e que esta estava condenada, pelo medo de perder todos seus privilégios diante da força da classe operária, a se aliar ao imperialismo contra os objetivos nacionais..."

"Escobar (Guillermo Lora) reiterou o princípio de que no caso de agressão imperialista contra o governo boliviano, quaisquer que fossem suas limitações e seu caráter demagógico correspondia aos revolucionários rechaçar tal agressão. Não esquecer que o objetivo da vanguarda revolucionária não será outro senão o de dirigir os explorados à revolução contra o governo nacionalista. Seria arbitrário confundir o rechaço à agressão imperialista com os métodos próprios da revolução proletária, com o apoio do POR à política do regime movimentista, ainda que esse apoio pudesse ostentar o rótulo de 'crítico'..."

"Pode-se dizer que houve no país, nas próprias filas do trotskismo boliviano, assim como na direção da Quarta Internacional e de algumas de suas seções, um auge inusitado da teoria do apoio crítico aos governos nacionalistas, como se se tratasse da quinta essência da doutrina de León Trotsky..."

"O 'apoio crítico' a um governo nacionalista de conteúdo burguês, por mais popular e radicalizado que se mostre, constitui uma tática contra-revolucionária. Não só por ser uma negação do trotskismo, como também por marginalizar o proletariado do poder, alimenta as ilusões sobre a capacidade revolucio-

nária do nacionalismo..."

"Que a política oficial do POR foi, ao contrário do 'apoio crítico', demonstrado por sua atitude de franco repúdio às medidas mais importantes tomadas pelo MNR".

Guillermo foi militante da segunda geração do POR. Sua inteligência impressionante, seu contato com o setor mineiro e seu trabalho na organização partidária forjaram-no como o melhor militante do marxismo-leninismo-trotskista desta última época, não só na Bolívia, mas em nível internacional. Estruturou um partido bolchevique e expressou em letra de forma o que é instinto na classe operária. Adotou uma linguagem de fácil acesso para que os explorados e oprimidos possam compreender e assimilar. Na criação teórica de Guillermo não existe, como disse Coggiola, nenhum "dogmatismo pessoal" nem "espírito de auto-proclamação", próprio de impostores e de articulistas baixos.

Não é verdade que as Obras Completas foram publicadas nos anos 80, porque este trabalho começou a ser editado em 1994. Este erro prova que Coggiola não conhece a obra monumental de Guillermo.

Quando se refere a Juan Pablo Bacherer, nos limitamos a dizer que foi expulso do POR como delator.

"Lora estava velho, não fisicamente, mas politicamente", escreve Coggiola. A ignorância na verdade é atrevida. Este balbuciar de palavras confirma a estupidez do falsificador. O programa do POR foi posto à prova pelos acontecimentos da história e a história lhe deu a razão. E, para dizer a verdade, Guillermo Lora Escobar, o gigante revolucionário profissional, esmagou política e ideologicamente a burguesia nativa e internacional e, evidentemente, a seus testas-de-ferro. Nós nos encarregaremos de derrubar esse cadáver insepolto que é o capitalismo.

(Resumo do artigo enviado por Victor, intitulado "Resposta a um impostor vulgar" publicado no Masas boliviano nº 2135 de 03/07/2009)